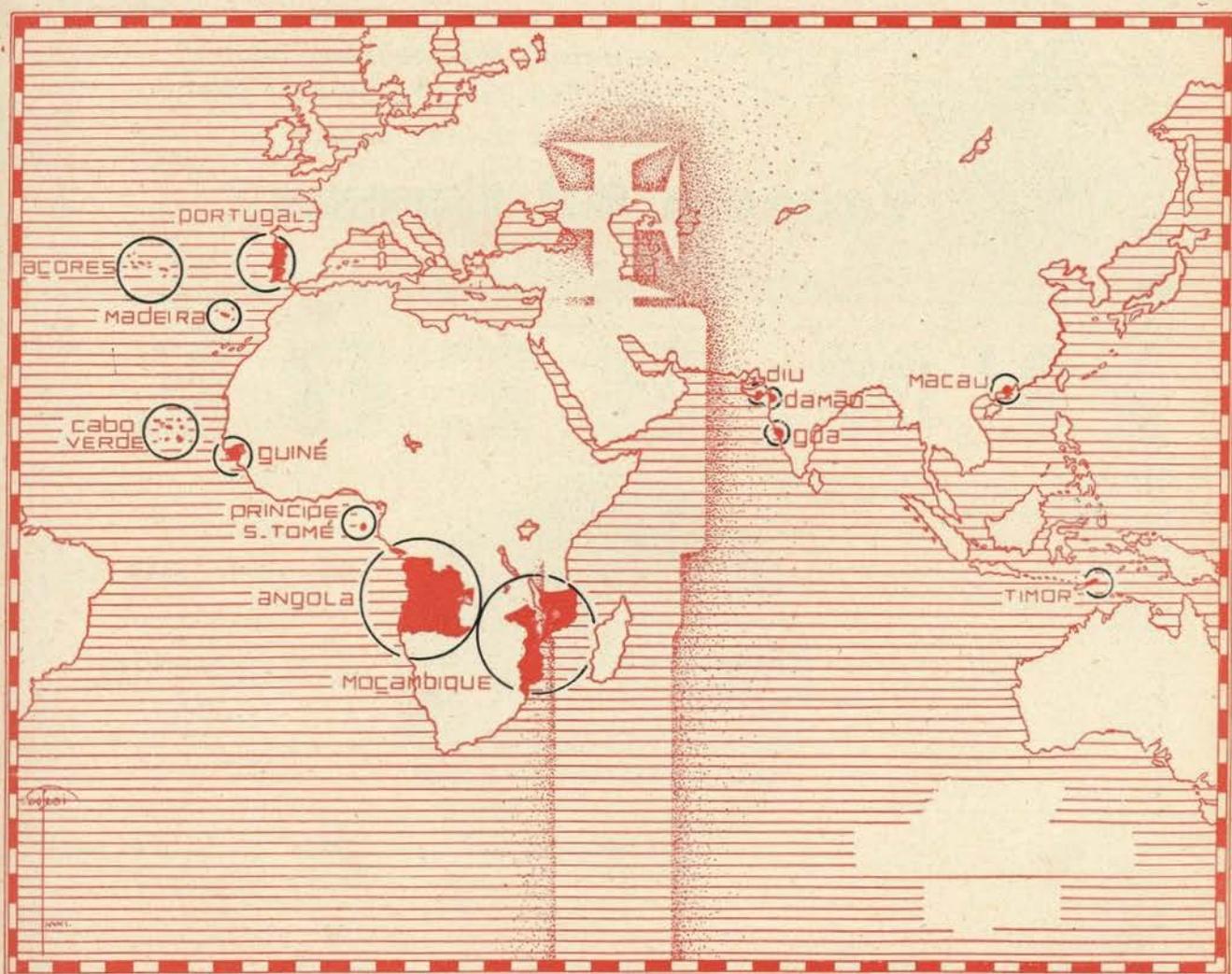


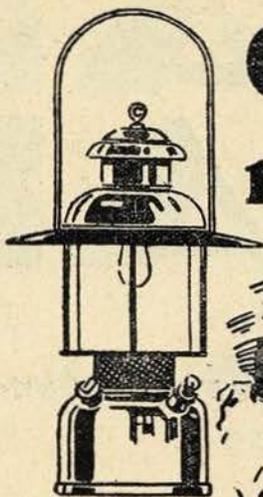
# PORTUGAL COLONIAL

N.ºs 19-20

Setembro-Outubro  
1932



**Revista mensal de propaganda e  
expansão do Império Português**



# O processo de iluminação para Africa

Se não podeis beneficiar em vossa casa dos processos de iluminação correntes nas cidades da Europa, esquecei tal inconveniente empregando a luz clara e suave de SUNFLOWER.



As vossas lanternas para serviço exterior funcionarão melhor com Petróleo SUNFLOWER, devido à limpidez da sua chama.

## Vacuum Oil Company

950

# UM BÉBÉ.

Leite condensado

Açucarado Moça

Leite esterilizado

Purissimo

Leite em Pó "Lactogen"

Chocolates Suíços

Queijo Gruyère



REPRESENTANTES

EM ANGOLA

ZUID AFRIK, HANDELSHUIS

LOANDA

VASCO D'OLIVEIRA

LOANDA

FILIAL EM PORTUGAL

*Nestlé & Anglo Swiss  
Condensed Milk Co*

*Rua Ivens, 11-15 - Lisboa*

**Farinha  
Lactea**

# NESTLÉ

O melhor  
alimento  
para crianças

# Fomento Geral de Angola

(FOGERANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

**CAPITAL Esc. 5.400.000\$00**

SEDE SOCIAL

**LISBOA**

Rua dos Fanqueiros, 12, 2.º

End. Teleg. «FOGERANG»

REPRESENTAÇÃO EM ÁFRICA

**LUANDA**

Rua do Esquadrão, C. P. 332

End. Teleg. «FOGERANG»

EMPRESAS AGRÍCOLAS, PECUÁRIAS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E FINANCEIRAS, EM ANGOLA, DIRECTAMENTE OU POR MEIO DE EMPRESAS QUE DELES ESPECIALMENTE SE OCUPEM.

## SOCIEDADES FILIAIS JÁ ORGANIZADAS :

Companhia de Pescarias de Angola—Capital Esc. 1.000.000\$00

Companhia Agrícola-Pecuária de Angola—Capital Esc. 20.000.000\$00

Companhia de Combustíveis do Lobito—Capital £ 180.000.0.0

Companhia Industrial do Lobito—Capital £ 10.000.0.0

Companhia Geral dos Algodões de Angola—Capital Esc. 6.000.000\$00

Palmares de Angola—Capital Esc. 7.500.000\$00

Companhia de Cervejas de Angola—Capital £ 100.000.0.0

Empresa Angolense de Construções—Capital £ 30.000.0.0

Presidente do Conselho de Administração

**Banco Burnay**

Administrador-Delegado

**Ernesto de Vilhena**

# COMPANHIA DO SUL DE ANGOLA

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital

AUTORIZADO — Esc. 10.000.000\$00

SUBSCRITO — Esc. 6.000.000\$00

SEDE SOCIAL

LISBOA—R. Victor Cordon, 12-1.º

TELEF. 2 4174—End. Tel. SULANGOLA

SEDE EM ÁFRICA

MOSSAMEDES—África Ocidental

## EXPLORAÇÕES

PESCA — Baía das Moscas, Mossamedes, Praia Amélia, Pôrto Alexandre.

FABRICO DE CONSERVAS, FARINHAS E ÓLEOS DE PEIXE, PASTA AZOTADA

Fábrica AFRICANA — Mossamedes

AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE GADO

MOSSAMEDES, GIRAU, S. NICOLAU, S. JOÃO DO SUL, CAROCA E PINDA

# Lotarias de Angola Limitada

Instituidas pelo Diploma Legislativo  
N.º 57 de 27 de Abril de 1929

SEDE EM LOANDA

Agencias e correspondentes  
em toda a Provincia

Extracções mensais garantidas pelo  
Govêrno da Colónia

## Companhia Geral dos Algodões de Angola

(COTONANG)

Sociedade Anónima, Responsabilidade Limitada

PROPAGANDA DE CULTURAS ALGODOEIRAS

SERVIÇOS TECNICOS DE ALGODÃO

FÁBRICAS E OFICINAS DE DESCAROÇAMENTO E PRENSAGEM:

QUELA-CAMBO-CAMANA

XÁMUTEBA-IONGO-CUALE  
FORTE REPUBLICA  
LUREMO

Sede Social em Lisboa—Rua dos Fanqueiros, 12, 2.º

Escritório em Malange—Caixa Postal N.º 68

Escritório em Loanda—Caixa Postal N.º 332

# COMPANHIA DE MOSSÂMEDES

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

COM O CAPITAL

AUTORIZADO—Esc. 20.000.000\$00

SUBSCRITO—Esc. 13.995.000\$00

SEDE SOCIAL

LISBOA—RUA VITOR CORDON, 12-1.º

Telefone 24174

SEDE DO COMITÉ FINANCEIRO

na BANQUE DES INTERETS FRANÇAIS

23, Rue Louis le Grand—PARIS

SEDE EM ÁFRICA

SÁ DA BANDEIRA—Lubango

Criação e Comércio de gados—Explorações agrícolas  
Instalações no *Lubango, Tchípa, Edíva, Palanca, Culueque e Tchifite*

## COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(Diamang)

Sociedade anónima de responsabilidade limitada

COM O CAPITAL DE Esc. 9.000.000\$00 (OURO)

Direito exclusivo de pesquisa e extracção de diamantes na Província de Angola por concessão do respectivo Governo

Sede Social: LISBOA — Rua dos Fanqueiros, 12, 2.º — Teleg.: DIAMANG

Escritórios em BRUXELAS, LONDRER e NOVA YORK

Presidente do Conselho de Administração

*BANCO NACIONAL ULTRAMARINO*

Administrador-delegado

*Ernesto de Vilhena*

REPRESENTAÇÃO E DIRECÇÃO TÉCNICA EM ÁFRICA

Representante — *Coronel António Brandão de Melo*

Caixa Postal 347 — Teleg.: DIAMANG — LUANDA

Engenheiro consultor

*Mr. H. T. Dickinson*

*DUNDO—LUNDA*

Director técnico

*Mr. L. J. Parkinson*

*DUNDO—LUNDA*

# SOCIEDADE ALGODOEIRA DO EGITO, L.<sup>DA</sup>

## O QUE VALE UMA EMPRÊSA AGRICOLA

**No Egito:** Uma das maiores e mais antigas propriedades agrícolas da circunscrição do Lobito, é, sem dúvida, a que possui actualmente, no Egito, a 75 quilómetros do nosso porto, a **Sociedade Algodoeira do Egito, Limitada**. Essa propriedade é constituída pelas fazendas do Quimbuco, Cacala, Issuco, e Canjala—todas à margem do Rio Balombo,—de águas constantes em qualquer estação do ano,—desde a sua foz, no Egito até às quedas da Canjala, numa extensão de 45 quilómetros aproximadamente.

Tem todo o ano garantidas comunicações pela estrada que do Lobito segue para o Norte (Novo-Redondo), e pelo mar até ao Egito.

Fica a fazenda Quimbuco, no litoral. E as restantes, ligadas entre si, vão até ao sopé do planalto, a cerca de 300 metros de altitude.

Com um sistema perfeito de irrigação, a **Sociedade Algodoeira do Egito, Limitada** possui terrenos privilegiados para a cultura do algodão, que ali se desenvolve extraordinariamente e garante duas grandes colheitas em cada ano.

Há poucos meses, foram iniciadas, nesta propriedade, culturas de arroz de regadio, com resultados que excederam a mais optimista expectativa. Dispondo de grande quantidade de água, que uma grande vala permanentemente lhe fornece, a cultura foi experimentada em canteiros de água corrente, de modo a assegurar a completa salubridade do local a onde se fizeram as sementeiras. Nos terrenos presentemente em exploração, a produção faz-se em todas as épocas do ano. Obtiveram-se assim, durante o primeiro ano de experiências, quatro colheitas, que demonstram perfeitamente as excepcionais condições desta propriedade para uma exploração intensiva do arroz, cuja qualidade é da melhor que se recebe do estrangeiro.

Apezar do algodão e do arroz serem, portanto, a base da exploração actual desta empresa, explora ela ainda grandes extensões de palmares que margina o rio Balombo, e lhe pertencem. Dispõe presentemente de grandes viveiros, para renovação e alargamento constante desses palmares.

A região oferece ainda condições especiais para nela se desenvolver a apicultura, a cuja industrialização, ordenada e metódica, a **Sociedade Algodoeira do Egito, Limitada** se vai dedicar, com a certeza antecipada do êxito desta iniciativa.

Possui também grandes quantidades de gado bovino, suíno, lanífero, caprino e asinino. Embora o facto não seja vulgar no litoral, a verdade é que, nesta região, se criam e se desenvolvem perfeitamente as ovelhas de lã. E como a propriedade tem condições especiais para estabelecer grande quantidade de gado leiteiro, em breve fará a exploração desta indústria.

São bem conhecidos, aqui no Sul, e justamente considerados os melhores, os citricos do Egito. Com efeito, as laranjas e as tangerinas desta propriedade não encontram, no mercado, quem lhes diminua a fama criada. Bem pelo contrário. Por isso, dentro do seu plano agrícola, se encontra incluída a exploração destas frutas e de outras, tanto europeias como de Angola (bananas, mangas, ananazes, goiabas, frutas-pinhas, etc.) para o que está dedicando cuidados especiais à formação de pomares e à expedição das frutas, com embalagens as mais próprias. Para lhes dar a maior expansão, a **Sociedade Algodoeira do Egito, Limitada** tem prestes a concluir-se no Lobito, um prédio junto do Mercado Municipal, para a venda dos seus produtos.

**Em Nova Lisboa:** Além das suas propriedades no Egito, a **SOCIEDADE** possui ainda uma outra, denominada «Tarula», situada no planalto de Benguela, a cerca de 20 quilómetros de Nova Lisboa, servida, ao quilómetro 450, por um apeadeiro do Caminho de Ferro de Benguela; pela estação de Boas-Águas (que dista apenas 5 quilómetros da propriedade) e pelas estradas, que a cortam, de Nova-Lisboa-Bié e de Nova-Lisboa-Sambo.

Situada numa altitude de 1.396 e 1.560 metros, o seu clima é esplendido.

Dentro dela nascem o Rio Cunene e vários riachos. É atravessada ainda, em toda a sua extensão, pelo Rio Cuando.

A sua concessão abrange a enorme área de 15.000 hectares, dentro da qual existem grandes matas; magníficas e abundantes pastagens; terras excelentes para sementeira e terrenos perfeitamente adequados para culturas de café, parte do qual já se encontra em plena produção.

**Em Benguela:** Por último nas fertilíssimas margens do rio Cavaco, subúrbios da cidade de Benguela, a **Sociedade Algodoeira do Egito, Limitada** possui ainda alguns terrenos,—riquíssimos terrenos—esses para todas as culturas.

Embora em notas resumidas, os elementos enumerados demonstram bem o valor desta empresa, as suas grandes possibilidades agrícolas e o futuro, cheio de prosperidades, que lhe está reservado. Pois oxalá que, do esforço empregue, colha em breve os resultados de que são dignos os seus actuais dirigentes.

## Mário Lima & C.<sup>a</sup>

Farim—Guiné Portuguesa

COMERCIO GERAL

Telegramas — MALICOL  
Codigo — RIBEIRO

FILIAIS EM:

BISSAU

BESSORANI

CONELUNGO

MANSOA

OLOSSATO

MAUSABÁ

DESTILARIAS EM FARIM — STOCK DE  
AGUARDENTE DA COLONIA — ACIDOS NA-  
CIONAIS E ESTRANGEIROS — VINHOS —

\* \* AZÉITES — CONSERVAS, ETC. \* \*

## João Lima Gomes

Farim—Guiné Portuguesa

ENDEREÇO TELEGRÁFICO—LIMAGOMES

Serração mecânica

Sempre em stock:

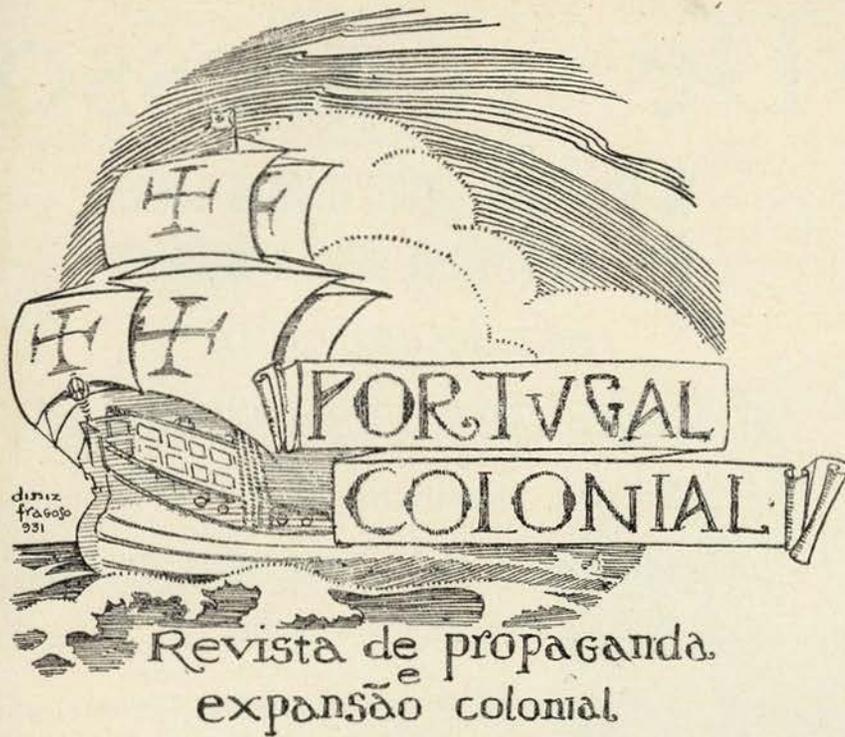
Pranchas — vigas

barrotes—tábuas

e ripas de madeiras

da colónia

para exportação



Ano II-Setembro-Outubro de 1932  
Números 19-20

DIRECTOR

HENRIQUE GALVÃO

ADMINISTRADOR E EDITOR  
ANTÓNIO PEDRO MURALHA

SEDE

RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º

Endereço Telegráfico

«MINERVA»

TEL. 2 4253

Propriedade da Empresa  
PORTUGAL COLONIAL

PREÇO AVULSO

Metrópole..... 3\$00  
Colónias..... 4\$00

(ASSINATURAS)

Metrópole (6 meses)... 18\$00  
Colónias (6 meses)... 24\$00

COMPOSTO E IMPRESSO  
OTTOSGRÁFICA LIMITADA  
Conde Barão, 50 — LISBOA

Visado pela Comissão de Censura

## SUMÁRIO

ENTREVISTA COM O SR. DR. ARMINDO MONTEIRO MINISTRO DAS COLÓNIAS .....

\*\*\*  
*António José Caria*

UMA CARTA .....

OS ESTUDOS ETHNOGRAPHICOS NA ESCOLA SUPERIOR COLONIAL .....

*Lopo Vaz de Sampaço e Mello.*

Publicista e ilustre Professor Catedrático da 9.ª cadeira — Política Indígena da referida Escola

OS ALUNOS E DIPLOMADOS PELA ESCOLA SUPERIOR COLONIAL E SUA EX.ª O SR. MINISTRO DAS COLÓNIAS.

*Associação Académica da Escola Superior Colonial  
Comandante José Cardoso.*

FOMENTO DE MOÇAMBIQUE .....

A VIAGEM DO SENHOR MINISTRO DAS COLÓNIAS E A IMPRENSA METROPOLITANA EM TERRAS DE ÁFRICA....

*António José Caria.*

Capitão de Artilharia, diplomado com o Curso Superior Colonial

VIAGEM ÀS COLÓNIAS PORTUGUESAS—A FEIRA DE AMOSTRAS EM LUANDA .....

*G. Ayala Monteiro.*

OS INDÍGENAS DE MOÇAMBIQUE .....

*Ilídio da Silva Lopes.*

Aluno da Escola Superior Colonial

O PÓRTO DA BEIRA E A COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE....

\*\*\*

DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE .....

*E. J. e António de Almeida.*

CRÓNICA DO MÊS .....

*J. R. A.*

NOTAS DO MÊS .....

\*\*\*

INFORMAÇÕES, ETC .....

\*\*\*

ESTATÍSTICA .....

\*\*\*



Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Colónias Sr. Dr. Armindo Monteiro—Sua Esposa e Filho—depois do regresso da sua viagem às nossas Colónias de África

# De regresso

da sua viagem triunfal às nossas Colónias de S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique

SUA EXCELÊNCIA

O MINISTRO DAS COLÓNIAS

SR. DR. ARMINDO MONTEIRO

Concedeu aos representantes da "PORTUGAL COLONIAL" a entrevista que se segue:

**A** «Portugal Colonial» honrando a sua dívida, não quíz deixar de estar entre os primeiros que foram apresentar saudações a Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Colónias, de regresso da sua triunfal viagem pelas terras portuguesas de Além-Mar.

E conseguiu completamente o seu desejo, pois, os seus representantes foram dos primeiros a entrar a bordo. Singrava já o navio pelas alturas da Rocha do Conde de Óbidos, manhã quente e serena de Setembro, em que até o sol se aliava à vontade de todos para dar as boas vindas a quem, tão galharda e nobremente soube realizar uma tão importante e patriótica missão — tornar mais estreitos os laços que ligam o velho Portugal às terras distantes que o sangue e o esforço lusitano trouxe até ao caminho da civilização.

No ar, em caprichosas evoluções, dois hidros navegam soberbos e altaneiros, Cruz de Cristo brilhando ao sol, revivescência gloriosa das maravilhas do passado que bem condiz com as afirmações do presente.

Acosta o barco com o pessoal para a visita sanitária e com ele os representantes da «Portugal Colonial». Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro, sorridente e afável, para todos tem uma palavra de agradecimento e, apesar de fatigado pelo trabalho insano da viagem como inculca o seu aspecto, mostra a grande satisfação de quem sente ter cumprido bem o seu dever.

Acercamo-nos de Sua Ex.<sup>a</sup> e dizemos:

— A «Portugal Colonial» cumprimenta

V. Ex.<sup>a</sup> felicitando-o pelo brilhantismo da viagem que acaba de realizar às nossas colónias africanas, e congratulando-se em seu nome e no da corrente de opinião colonial que representa, pela forma como as populações de Além-Mar compreenderam o alcance que tem para o seu futuro o facto, único da nossa história, de um Ministro das Colónias ir com o prestígio do seu nome e do lugar que ocupa «in loco» a resolução dos assuntos que mais as interessam.

— Permita V. Ex.<sup>a</sup> que lhe perguntemos sobre o facto que mais o impressionou durante a sua viagem, não só por territórios que são portugueses à custa de tanto sangue e tanto sacrifício, mas também através de territórios de outras nações coloniais, alguns deles com vestígios ainda bem patentes do domínio português.

«Não me eram desconhecidas as populações de Angola e do Congo Belga, pelo estudo que já anteriormente tinha feito quando da minha missão a Angola.

Foram muitas e de grande interesse as impressões que me trouxe uma tão longa viagem pelos territórios do nosso Império e por Colónias estrangeiras.

Mas o facto que indubitavelmente mais me impressionou em toda a minha viagem, foi o espírito português de todos os colonos. Em volta da ideia da prosperidade e do futuro do Império esqueceram-se todas as divisões que ha tantos anos nos veem prejudicando.

Perante as dificuldades do presente, todos encontraram nos seus sentimentos patrióticos,

a força e a fé precisa para só pensarem em Portugal».

—Sobre a administração geral e equilíbrio orçamental de S. Tomé e Príncipe, tem V. Ex.<sup>a</sup> dúvida em fornecer-nos alguns elementos?

«Tem até agora estado equilibrado sempre o Orçamento de S. Tomé. Espero que o próximo o esteja também. Os moldes da administração pública mudaram extraordinariamente. A organização que as cartas orgânicas estabelecia num único figurino, acarretavam não só a S. Tomé, como a outras colónias gastos hoje imcomportáveis. A reforma geral dos serviços públicos feita de acôrdo com o plano de administração que se iniciou em Março de 1831, assegura a necessária eficiência da sua acção e traz uma notável economia, que, boa em qualquer ocasião, mais se recomenda particularmente nas horas difíceis que o mundo atravessa. A modificação das leis orgânicas fez-se em todas as fases necessárias: resta agora reunir num só diploma todas as modificações feitas, trabalho já em via de andamento».

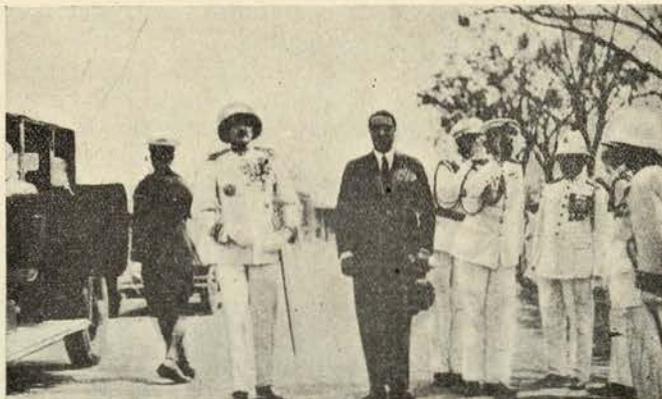
—Percorreu V. Ex.<sup>a</sup> grande parte da nossa colónia de Angola, a maior pela extensão do seu território e aquela sobre a qual a opinião pública fixou mais vincadamente a sua atenção, e inaugurou também V. Ex.<sup>a</sup> com grande brilho a Feira de Amostras de Luanda e as Conferências Comerciais; muito lhe agradeceríamos se se dignasse relacionar estes factos e dizer-nos as vantagens que deles resultarão para a economia colonial e metropolitana.

«Foi em Angola que mais me demorei, procurando mais uma vez, pelo contacto com a sua população apreciar cuidadosamente toda a extensão e origem dos seus males. Promulgaram-se medidas de ordem administrativa e financeira, que conjuntamente com as providências de carácter económico tomadas, poderão assegurar em certos sectores de produção a melhoria da sua situação actual e desembaraçar o caminho para uma época desafogada, caminho a percorrer que necessariamente tem de percorrer-se devagar.

A Feira de Amostras de Luanda, pelos produtos expostos e pela concorrência de visitantes influirá, por certo, poderosamente, nas relações que Angola mantém com a metrópole e que, a todo o custo, devem ser intensificadas. Foi uma revelação. Mostrou às forças económicas de cá e lá, as possibilidades e interesse do estreitamento das suas relações. Actividades que quasi se desconheciam foram postas em presença,

deu-se-lhes assim a oportunidade de mutuamente se apreciarem, reconhecendo as altíssimas vantagens duma sincera e bem orientada cooperação.

Oxalá uns e outros saibam aproveitar a ocasião. Não se poderá esquecer de que as colónias são mercados, hoje já existentes, onde só podem dominar os produtos de boa qualidade, de tipo uniforme, bem acabados e apresentados. Igualmente nos nossos vastíssimos territórios deverá pensar-se que a metrópole será um mercado



CONGO BELGA—Elisabethville—Recepção a Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Colónias de Portugal Dr. Armindo Monteiro

certo, para as suas produções, a coberto das flutuações de preços e, mais, dos destruidores efeitos da desenfreada concorrência internacional.

As Feiras e as Conferências Comerciais realizadas nessa ocasião, completaram assim os novos princípios de ordem económica que se pretenderam lançar para uma colaboração imperial, absolutamente necessária e indispensável para o nosso progresso. Só assim se afastaram de Portugal os mais videntes efeitos das crises, fazendo de Portugal e colónias uma unidade económica que a necessidade e sentimento patriótico aconselham e asseguram».

—Sem querer abusar da bondade de V. Ex.<sup>a</sup> pediríamos que semelhantemente nos transmitisse as suas opiniões sobre Moçambique, que também percorreu e onde igualmente inaugurou a Feira de Amostras de Lourenço Marques.

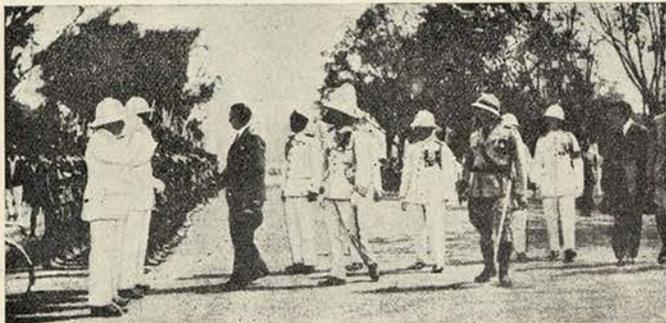
«A resposta que lhes dei à pergunta anterior, aplica-se inteiramente a esta colónia, que a crise também não poupou, embora os seus problemas, felizmente não apresentem de momento a gravidade que, tanto na ordem económica como na ordem financeira, têm os de Angola. No que diz respeito porém, às relações com a Metrópole e outras partes do Império há ali muito a fazer. Mais afastada da Europa e pe-

gada com regiões de posse duma civilização mais adiantada que as vizinhas de Angola, o intercâmbio comercial com Portugal representa uma percentagem, por assim dizer, mínima do seu comércio externo.

Ora é preciso que êste estado de coisas se modifique, buscando-se um argumento de relações que igualmente contribuam para aquela unidade que nunca nos cansamos de apreçoar e procurar atingir».

—Finalmente, só mais algumas perguntas solicitamos a liberdade de formular: V. Ex.<sup>a</sup> viu em toda a sua viagem a forma como funcionam os serviços da nossa administração colonial, certamente verificou o enorme esforço desenvolvido pelos funcionários administrativos e chegou a receber representações dêstes funcionários?

Sabemos nós que V. Ex.<sup>a</sup> já anteriormente manifestara a firme intenção de, sem ferir os interesses legítimos e os direitos adquiridos dêsse



CONGO BELGA—Elisabethville—Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Colónias de Portugal Dr. Armindo Monteiro, passando revista às tropas coloniais

funcionalismo, dotar as colónias com um quadro moderno e cientificamente preparado, recrutando os funcionários em harmonia com a lei da sua autoria, entre os diplomados da Escola Superior Colonial; muito lhe agradeceríamos se tivesse a gentileza de nos informar se as representações a V. Ex.<sup>a</sup> formuladas contrariam esta moderna forma de recrutamento de funcionalismo já de há muito posta em prática por outros países coloniais.

«Não há dúvida que é absolutamente necessário formar um quadro administrativo colonial cientificamente preparado. E isso só se pode conseguir alargando o âmbito do ensino colonial e seleccionando com rigor os que para a administração, entrarem de novo. A Escola Superior Colonial deve ir buscar-se a principal força futura dos quadros; mas é indispensável que se perca a ideia de que basta o ensino de

uma Escola, por melhor que seja, para fazer bons funcionários: a prática tem de completar o que a teoria tiver feito. Os direitos dos diplomados pela Escola devem ser garantidos eficazmente — mas deve ser-lhes exigida toda a sólida preparação cultural e prática que a vida moderna exige aos que se dedicam ao serviço público. Espero que em breve um diploma de aplicação geral arrume esta questão».

Não podemos ocultar a alegria que sentimos ao ouvir pronunciar estas palavras. Até que enfim a Escola Superior Colonial vai entrar na plena eficiência da missão para que foi criada e agora mais, do que nunca, absolutamente necessária, porque, só agora acreditaremos no nosso passado de colonizadores e as obrigações coloniais que o momento que passa nos impõe, tendo nas colónias, um quadro administrativo que honrando-se a si, honra Portugal, como nação colonial, como 3.<sup>a</sup> potência colonial do Mundo.

Preparavamo-nos ainda para fazermos uma última pergunta ao Sr. Ministro...

Mas eis que chegam mais visitantes. É o rebocador da Companhia Nacional de Navegação que encosta e lança para os «decks» do paquete, altas entidades oficiais, amigos e pessoas de família.

O navio continua a marcha rio acima até ao Cais da Areia. Ali atraca o «Moçambique», prolongamento da nossa Colónia do Oriente Africano, como o nome parece querer significar.

No cais o Governo aguarda o seu ilustre colega e altas personalidades oficiais que o rodeiam apresentando cumprimentos.

Terminou assim a viagem do Sr. Ministro das Colónias, Dr. Armindo Monteiro, primeira etape duma nova política colonial, conhecedora das realidades e cheia de promessas que o futuro, por certo, mostrará executadas, se não executadas.

---

## HENRIQUE GALVÃO

---

É esperado no paquete «Niassa» o nosso Director tenente Henrique Galvão, que às nossas colónias foi como Director das Feiras de Amostras Coloniais de Luanda e Lourenço Marques, onde mais uma vez pôs em prática as suas altas qualidades de acção e de inteligência de que é dotado.

# UMA CARTA

.....  
*E quem nos fez molesto tratamento,  
Não pode ter subido pensamento.*  
(Das LUZÍADAS—Canto II—Estância LXXXVI)

O correio de Setembro trouxe-nos de Angola a seguinte carta que transcrevemos:

Luanda, 7/8/932

Sr...

**S**EI que V. tem o curso da E. S. Colonial e que é um português amigo da verdade e por isso me dirijo a V.

Peço a V. a fineza de se informar das habilitações literárias e profissionais do Audacioso, Aventureiro, Arrojado e Atrevido (a pedir o que não lhe pertence e a que não tem direito) Administrador de Circunscrição, F..., o maior imbecil da Colónia, que não se cansa de pedir a sua promoção a 1.ª classe e de murmurar dos meninos inexperientes da Escola Superior Colonial! Coitadinho que nem para guarda portão serviria pela sua inépcia!!

Anda uma incapacidade destas a ganhar dinheiro ao Estado, há 20 anos, sem nada produzir de bom e falando mal de todos! Não é justo nem disciplinador!

E por isso, peço a V. que se informe a respeito dêste Aleijão-Mental. Sei que aqui, em Luanda, existe um processo contra êle e se justiça for feita lhe dará direito... à demissão, por incompetente! Sei também que, êle apesar de ser um inimigo da actual situação, conseguiu pedidos de toda a gente e a protecção do Sr. X...! Sei que o Sr. Y..., foi o instrutor do processo, e por êle poderá V. obter alguns informes a tal respeito.

Tape a boca aos bandidos e meta-os na ordem que prestar um relevante serviço ao Funcionalismo do Quadro Administrativo de Angola! Abaixo os incompetentes!

Perdõe-me o desabafo! Desejando-lhe, etc., etc.

(a) UM NACIONALISTA

Desejavamos responder a esta carta.

Havia, porém, uma dificuldade e bem grave: saber a quem dirigir a resposta.

Há tanta gente desta espécie que oculta a sua identidade com a designação de nacionalista, que se tornava impossível saber quem êste era, ainda que a sua falta de modéstia o fizesse escrever aquela expressão como é costume fazer aos nomes próprios — com letra maiúscula.

Mas esta dificuldade não bastava a vencer o nosso propósito. Recorremos por isso à *Portugal Colonial* revista que certamente lê e donde conheceu

o nosso nome, com que sempre assinamos todas as afirmações que fazemos.

Assim nos fica a convicção de que chegará ao seu conhecimento aquilo que pensamos a respeito da sua carta.

Somos de facto amigos da verdade e por isso nos temos batido em defeza do que julgamos ser a boa doutrina.

Para tudo que com isto tenha relação poremos sempre o nosso esforço, embora saibamos que bem pouco vale.

Mas sempre recusaremos auxílio ou solidariedade a qualquer intuito diferente dêste e, muito menos, se nele se perceber a mais ligeira sombra de ataque pessoal para satisfação de inimizades ou para conquista de invejadas funções.

Que nos interessa o caso particular do Sr. F?

Tem contra êle um processo e perante quem deve, dará contas dos seus actos.

Justiça lhe será feita e os numerosos amigos que, naturalmente possui, e entre os quais não nos admiraríamos de ver enfileirado «Um Nacionalista», o ajudarão... em lance tão difícil.

Nós, cá de longe, limitar-nos-emos a procurar nas informações dos jornais o resultado dêsse processo, cuja sentença decidirá, se «Um Nacionalista» ferrenho, como aquele que nos escreve, continuará a ser devotado admirador do Sr. F..., Administrador de Circunscrição ou se voltará as costas ao mesmo Sr. F..., ex-administrador de Circunscrição.

O mundo é assim. E até hoje verificámos sempre que os inimigos ocultos, são sempre quem mais ostensivamente apregoa uma estima capaz de todos os sacrificios.

Não julgue portanto, «Um Nacionalista» que o ajudaremos nos seus, não sabemos se confessáveis desejos e que a informação dada à cêrca do que o Sr. F... pensa dos «Meninos inexperientes da E. S. Colonial» possa de qualquer maneira influir no nosso ânimo.

Não são as diatribes de qualquer Sr. F... que prejudicarão a Escola Superior Colonial; nem os elogios com que a incense quem não se atreve a confessar o próprio nome, que a elevarão.

Não andam tanto por baixo os seus créditos que tão insignificantes forças, sejam suficientes para fazer oscilar a cotação, que a todos deve merecer.

Perdeu «Um Nacionalista» papel, tempo e dinheiro em nos escrever, porque a sua carta não servirá àquilo que pretendia.

Ganhámos nós, a oportunidade, que agradecemos, de taparmos a boca ou suspendermos a mão aos que imaginassem ser empresa viável, levarem-nos até ao campo do ataque pessoal.

Por tão grande serviço, muito obrigado.

ANTÓNIO JOSÉ CARIA

# Os Estudos Ethnographicos <sup>(1)</sup>

**N**O campo das sciencias colonias a ethnographia tem importancia primacial. E, se essa importancia é grande no que respeita á bagagem doutrinaria de colonialistas de gabinete, mais, ainda, ella avulta, quando os

conhecimentos ethnographicos hajam de sêr elemento constituinte da cultura especialisada dos funcionarios administrativos colonias a cuja cabal preparação principalmente visa o esforço docente desenvolvido na Escola Superior Colonial, e cujas funcções os collocam, na maioria dos casos em contacto directo com as populações indigenas, das quaes não pôdem, portanto, ignorar os lineamentos do respectivo *facies* somatico e ethnico, a fim de estarem aptos a firmar em bases sólidas e a conduzir em sã orientação toda a politica indigena. Os estudos ethnographicos são absolutamente indispensaveis para instruir as normas de politica indigena a seguir em cada hypothese emergente, servindo, admiravelmente, para facilitar a cabal resolução de diversos problemas colonias e, nomeiadamente, de todas as questões abrangidas nos campos da sociologia colonial e da administração dos indigenas.

De que valeria, ao administrador colonial, o conhecimento dos methodos a seguir em politica indigena,—tantissima vêz baseiados no respeito pelo direito consuetudinario local!—, se, para instruir e orientar a sua acção, elle não conhecesse, simultaneamente, os usos e os costumes locais?!

Certamente de muito pouco!

Se é verdade que o perfeito conhecimento da psychologia do indigena só se pode adquirir através uma permanencia, mais ou menos longa, em contacto directo com as sociedades nativas, tambem é incontestavel que a prévia aquisição de uma sólida bagagem de noções ethnographicas singularmente concorre para facilitar e acelerar, no espirito do funcionario europeu, uma nitida comprehensão da psychologia dos indigenas e, portanto, uma mais perfeita e justa interpretação dos seus actos, tendencias, atitudes e instituições.

Em taes circumstancias, só de estranhar é que, a quando da fundação da Escola Colonial, em 1907, não haja logo sido incluída, no Curso Colonial, uma Cadeira de estudos ethnographicos. Só em 1919 é que o fallecido almirante Ernesto de Vasconcellos, a quem a Escola Colonial tanto deve, logrou obter a criação d'essa Cadeira que foi regida, desde tal

## NA ESCOLA SUPERIOR COLONIAL

Por LOPO VAZ DE SAMPAYO E MELLO

Publicista e ilustre Professor catedrático da 9.<sup>a</sup> cadeira  
— Política Indígena da referida Escola

data, até ao anno lectivo 1930-1931, pelo sr. Almirante José Francisco da Silva hoje aposentado por ter attingido o limite da idade para exercicio de funcções publicas.

Em Setembro de 1931, pouco tempo antes da abertura das aulas, fo-

mos avisados de que nos competia, no anno lectivo incipiente, accumular a regencia da nossa cathedra de Política Indigena com a regencia da Cadeira de Ethnographia e Ethnologia Colonias.

Começámos, então, por elaborar o projecto de um novo programma, para essa Cadeira, que melhor correspondesse ás verdadeiras necessidades do ensino ministrado na Escola Superior Colonial, e que mereceu a completa approvação do Conselho Escolar e da Direcção da Escola.

Como, a quem se interesse por assumptos colonias, pode sêr util o conhecimento da orientação hoje dada, na Escola Superior Colonial, ao ensino ethnographico, permittimo-nos transcrever, seguidamente, esse programma:

### 4.<sup>a</sup> CADEIRA — Ethnographia e Ethnologia Colonias

#### Programma doutrinario

##### 1.<sup>a</sup> PART

#### Prolegomenos

a) Definição e conceito de cada uma d'estas sciencias e necessidade de fazer preceder o seu estudo por algumas breves noções de anthropologia geral.

b) Importancia dos estudos ethnologicos como documentação indispensavel para uma cabal resolução de alguns importantes problemas colonias e, mórmente, de todas as questões abrangidas nos campos sociologico e de politica indigena.

##### 2.<sup>a</sup> PARTE

#### Breves noções de anthropologia geral

a) Raças humanas: Logar do homem na natureza. Origem da especie humana. Transformismo. Monogenismo. Polygenismo.

b) Antiguidade da existencia do homem na Terra: o homem prehistorico, o homem fossil. Periodo quaternario. Periodo terciario.

c) Hypotheses referentes á localisação do primeiro habitat do homem na Terra.

d) Migrações humanas.

e) Acclimação.

f) Formação e diferenciação das variedades da especie humana (raças) por via do influxo mesologico, e em consequencia da mestiçagem.

(1) Tendo sido amavelmente instado pela direcção da interessante revista *Portugal Colonial* para uma collaboração em que exponha o desenvolvimento que procurei dar, na Escola Superior Colonial, aos estudos de ethnographia colonial, de tal incumbencia me venho hoje desempenhar.

### 3.ª PARTE

#### Raças fósseis e raças pré-históricas

- a) O homem terciário.  
b) Período paleolítico. As raças quaternárias: I) o homem de Chelles e de St. Acheul; II) o homem de Moustier e a raça de Cans-tadi; III) o homem de Solutré; IV) o homem da Magdalena e a raça de Cro-Magnon.  
c) Período neolítico. Raças da idade da pedra polida: I) modificações mesolíticas e novas raças humanas; II) indústria; III) usos e costumes; IV) religiosidade; V) sepulturas.  
d) As raças humanas e os seus usos e costumes nas idades do bronze e do ferro.

### 4.ª PARTE

#### Actuaes raças humanas Breves noções de ethnografia e ethnologia gerais

- a) Caracteres somáticos. Caracteres diferenciaes entre o homem e o macaco. Caracteres distinguindo as diferentes raças humanas: I) Caracteres morfológicos; II) Caracteres physiológicos; III) Caracteres psychológicos e pathológicos.  
b) Caracteres ethnicos: I) caracteres linguísticos; II) caracteres sociológicos (vida material, vida psychica, vida familiar e vida social).

### 5.ª PARTE

- a) Classificação geral das actuaes raças humanas e sua distribuição geographica.

### 6.ª PARTE

- a) Generalidades sobre as raças e os povos da África, da Ásia e da Oceania.

### 7.ª PARTE

- a) Estudo ethnographico e ethnologico das populações indígenas das colonias portuguezas.

- I. Cabo Verde.
- II. Guiné.
- III. Timor.
- IV. Macau.
- V. Índia.
- VI. Moçambique.
- VII. Angola.

\* \* \*

De um primeiro e summario exame a este programma podem resultar algumas objecções apparentemente fundamentadas. É assim que, a alguns, causará estranhêza o desenvolvimento dado ás noções de anthropologia geral e ao estudo das raças fósseis e pré-históricas em um curso de *ethnographia colonial*, não tendo, porém, razão de ser tal estranhêza, porquanto os conhecimentos anthropologicos são absolutamente indispensaveis á comprehensiva assimillação dos descriptivos somatologicos, e, o elemento discente é, na Escola Superior Colonial, constituído, em grande maioria, por individuos em cuja bagagem scientifica não figura a sciencia anthropologica.

Quanto ao estudo do homem fossil e do homem pré-historico não menos util elle é ao conhecimento da origem e distribuição das actuaes raças humanas

e á evolução somatica e ethnica dos actuaes povos da Terra.

Uma terceira objecção pode ser apresentada ao nosso programma: a de nos preoccuparmos com a classificação de *todas* as raças humanas e com a respectiva distribuição geographica, quando o unico objectivo do curso deveria ser o estudo das populações colonias.

Bem facil de rebater é tal objecção desde que é evidente tornar-se indispensavel que, a quem estuda uma tribu, não falem elementos para devidamente a poder situar nos respectivos povo, sub-raça e raça, fixando-lhe a verdadeira posição no grémio da humanidade.

Foi, ainda, n'esta mesma ordem de ideias, que, com mais forte razão, antes de iniciarmos, objectivamente, o estudo ethnographico e ethnologico das populações das colonias portuguezas, nos dedicá-mos, embóra, sem sahir do campo das generalidades, ao estudo das raças e dos povos da África, da Ásia e da Oceania: esses dois continentes e essa vastíssima região geographica aonde Portugal ainda conserva os valiosissimos restos d'um immenso império colonial.

\* \* \*

Traçar um programma é geralmente facil. Cumprí-lo torna-se, ás vezes, difficil. Na vasta compendiação a que, para bem cumprir, nos abalançámos, não nos escasseiaram interessantes e doutas fontes de consulta emquanto de generalidades tratámos, mas já o mesmo não succedeu quando entrámos no estudo parcial dos povos de cada uma das colonias portuguezas. O trabalho tornou-se-nos, então, muitissimo mais arduo, não por fallencia de fontes de consulta, bem ao contrario!, mas pela extrema disseminação d'essas fontes, algumas das quaes absolutamente fidedignas, mas, outras, exigindo, frequentemente, contraprovas difficeis de estabelecer.

Para facilitar o estudo aos alumnos, bem como para não deixar perder o fructo do nosso trabalho, fomos escrevendo todas as nossas lições, algumas das quaes (abrangendo as quatro primeiras partes do programma) se encontram publicadas em um volume de cerca de 500 paginas que foi editado pelos alumnos.

Quanto ás 5.ª, 6.ª, e 7.ª partes do programma (est'ultima abrangendo as raças colonias portuguezas), embora hajam sido exhaustivamente leccionadas, não puderam, no passado anno lectivo, ver a luz da publicidade, mas serão, no proximo anno lectivo, se Deus nos ajudar, impréssas tambem, devendo constituir original para mais dois volumes de 500 a 600 paginas.

Esta pesada e ardua tarefa, a que nos propuzémos, de escrevêr o *primeiro tratado de ethnographia colonial* que se publica em portuguez (apezar da nossa actividade ultramarina se exercêr ha já cinco séculos...), se nos custou um labôr fatigante (1), ren-

(1) E, até hoje, sem a minima remuneração porque a Repartição de Contabilidade do Ministerio das Colonias, sobranceira á lei, parece considerar a Escola Superior Colonial como... inutil (!), e, os respectivos professores, como... párias!...

deu-nos, por outro lado, algumas compensações de ordem moral sobremaneira captivantes.

Entre ellas, uma ha que não queremos deixar sem referencia: a do alto interesse manifestado, pelas nossas lições, por parte do curso perante o qual tivemos ensêjo de preleccionar. A attenção e interesse insophismavelmente manifestados em brilhantes provas de frequencia são o melhor galardão moral para o professor. Mas essas manifestações são tanto mais penhorantes quanto mais exigente é a bitola do professor e quanto mais altas são a intellectualidade e a cultura scientifica dos alumnos. E, no que respeita á composição do elemento discente, a Escola Superior Colonial, encontra-se á cabeça de todos os estabelecimentos portuguezes de ensino superior. Os alumnos que a tem frequentado são, em maioria, officiaes do Exercito, medicos, bachareis formados em direito ou em sciencias, e graduados funcionarios civís, e, só agóra, é que começa a accentuar-se a affluencia, ao curso superior colonial, de alumnos tendo apenas o curso completo dos lyceus.

Só nestas circumstancias, com um curso de homens scientificamente bem preparados, perfeitamente conscientes dos seus devêres e voluntariamente estudiosos, nós poderíamos trabalhar e fazer trabalhar tão intensamente como o fizemos e continuaremos a fazer, sem encontrar preguiças, nem revoltas contra a extensão enorme de um programma doutrinário que, aliás, não foi elaborado para eliminar cabulas e, sim, para ministrar, aos futuros diplomados pela Escola Superior Colonial, conhecimentos indispensaveis ao exercicio das funcções administrativas nas colonias com proveito para o paiz que servem e com lustre para o nome que usem.

Nem sempre são os bons professores que fazem os bons alumnos e, bem amiude, succede sêrem os bons alumnos que fazem o bom professor! Se a orientação pedagogica do professor e a naturêza attraente da doutrina podem, eventualmente, conquistar mandriões para o grémio dos bons estudantes, bem mais frequentemente se verifica a inversa, sendo, a maior valia dos alumnos, o melhor de todos os estímulos para a intensificação e o aperfeiçoamento do trabalho do professor.

Assim como as possibilidades eroticas variam, para o mesmo homem, conforme a mulher é linda ou pouco agradável; assim como a virtuosidade do executante musical é maior ou menor conforme a composição, mais ou menos selecta, do auditorio que o executa; assim, tambem, o mesmo professor pode sêr melhor ou peor conforme a qualidade dos seus discipulos. É sempre facil, a quem quer que posua leves assomos de pudôr moral, o honrar uma cathedra quando esta estêja alçada perante bancadas de alumnos intelligentes e applicados.

E, só por essa razão, é que facil nos foi, no passado anno lectivo, dar, aos estudos ethnographicos na Escola Superior Colonial, aquêlle desenvolvimento e aquêlle relêvo que nos parecêram necessarios á conservação do alto nível pedagogico do ensino ministrado n'aquella Escola, e á cabal preparação doutrinaria de futuros funcionarios coloniaes. De futuros funcionarios, é claro, se, como até aqui, não continuarem a sêr illegalmente preferidos, no provimento dos cargos administrativos nas colonias, os diplomados com o curso superior colonial!...

## Os alunos e diplomados pela Escola Superior Colonial

e Sua Excelência o Senhor Ministro das Colónias

*Da Associação Académica desta Escola, recebemos, com o pedido de publicação, o que se segue:*

«A Sua Excelência o Senhor Doutor Armino Monteiro, quando da sua chegada à Província de Moçambique, foi, pelo actual presidente da direcção da Associação Académica desta prestigiosa Escola Superior, enviado um entusiástico telegrama, no qual, a par das suas felicitações pessoais pelos triunfos constantes que resultaram das *étapes* da viagem de Sua Excelência, e pela sua continuação à frente dos destinos do Património Ultramarino do Império Português, os alunos desta Escola, até há bem pouco completamente desprezada pelos Poderes Públicos, afirmaram acompanhar, com toda a dedicação, a gigantesca obra encetada por Sua Excelência no sentido da unificação politico-economica do Império e valorização do seu Património Ultramarino, declarando, mais, que, na levantada e patriótica acção do titular da pasta das Colónias—o único que, com a maior decisão e patriotismo, soube reconhecer e assegurar aos diplomados por aquela Escola Superior o lugar que legitimamente, de há muito, lhes pertencia na vida pública portuguesa—punham todas as suas esperanças, a-fim-de que, em successivos diplomas e na regulamentação dos vários serviços, venham a ser introduzidas disposições imperativas, acompanhadas das respectivas sanções, levando forçosamente ao respeito pelos princípios já consignados para serem observados no preenchimento dos cargos administrativos e de que, com absoluta justiça, se devem igualmente observar para o de todos os cargos do Ultramar Português, quando os mesmos diplomados satisfaçam ás condições legais exigidas para o seu preenchimento.

Naquelle mesmo telegrama, como nota interessante a salientar, se destacava o oferecimento feito a Sua Excelência o Senhor Doutor Armino Monteiro, pelos diplomados pela Escola Superior Colonial—a maior parte dos quais, não é de mais frisar, ainda se encontra por colocar em lugares que devem corresponder aos seus conhecimentos e categoria—da sua dedicada e leal colaboração nos postos de honra e de sacrificio que, tendo em vista o Supremo Interesse da Pátria, por Sua Excelência lhes sejam destinados.

A frequencia desta Escola, como se sabe, é constituída por alumnos e diplomados por outros Cursos Superiores, grande sendo a percentagem de advogados, medicos, professores, officiaes do Exército e da Armada, etc., nessa frequencia. A par disso, individuos há também possuindo uma sólida e forte cultura superior, alguns dos quais com brilhantes serviços prestados em honrosos e elevados cargos do Ultramar Português, por tais razões se nos afigurando que, por Sua Excelência o Senhor Doutor Armino Monteiro, um novo cheio de talento e de larga visão, deverão ser distribuidos aos diplomados pela Escola Superior Colonial, para o integral aproveitamento de todas as suas faculdades e recursos, os lugares compatíveis com a sua alta categoria.

Duma reconhecida necessidade igualmente se nos apresenta a promulgação das disposições reclamadas, acompanhadas das respectivas sanções, para que se tornem absolutamente impossiveis, de futuro, os sofismas de vária espécie com que, durante tanto tempo, os diplomados por esta prestigiosa Escola, foram ludibriados, pela deturpação descarada do claro espirito da lei—obra de criaturas tão somente movidas pela intenção de estorvar e dificultar e que, através de tudo, procuravam efectivar com tais processos a defesa de ilegítimos interesses naturalmente feridos.

Em Sua Excelência o Senhor Ministro das Colónias se encontram, pois, absolutamente confiados os alumnos e diplomados pela Escola Superior Colonial, para que se façam cumprir com o necessário rigor todos os preceitos já publicados e os que certamente se lhes irão seguir, no sentido duma Justa Defesa e Maior Valorização dêste Curso, que obrigatoriamente deverá ser frequentado por todos aqueles que nos Territórios Ultramarinos do Império, em funcções públicas de qualquer natureza, quizerem exercer a sua actividade.

E, na tentativa de renovação da mentalidade e dos processos de trabalho da Terra Portuguesa, afigura-se-nos, realmente, que dêste modo ter-se-á urgentemente que pensar, se quizermos ter a nítida compreensão das Necessidades do Império, inadiavelmente a satisfazer, para a realização dos Destinos da Grande Pátria Portuguesa».

**A** honra de saudar o Ministro das Colónias neste momento, é-me conferida, simplesmente, por ser o presidente da Associação do Fomento Agrícola da Província de Moçambique.

Por esta circunstância terei de falar da Agricultura da Colónia.

Embora esta saudação, por deficiência do intermediário, seja modesta na forma, não deixa por isso de exprimir uma grande admiração pela envergadura mental do Ministro, uma grande esperança de que um resurgimento colonial, próximo, restituirá ao nosso Ultramar os dias da passada prosperidade, assim como traduz uma grande fé nos destinos da República e da Colónia de Moçambique.

Serei tão breve quanto possível no desenvolvimento do tema que o desempenho desta missão me impõe, tema bastante ingrato pela aridez do assunto, complexo em sua essência, devido à situação difícil do momento, que oprime as classes que reclamam a protecção do Governo.

Por isso que na agricultura se encontra a energia fundamental de Moçambique, num ponto essencial é necessário concentrar a atenção de todas as entidades que se interessam pelo desenvolvimento e pelo progresso económico da Colónia, fundamento imprescindível do seu progresso geral.

É este a dificuldade que assoberba a agricultura, pelas condições específicas em que decorre a actividade agrícola, faz que seja a nossa classe aquela que mais sofre em todos os países, nas quadras de depressão, e é sem dúvida a que mais sofre, no meio das atribulações gerais em que se debate a humanidade, porque o árduo labor quotidiano que impõe aos que se lhe consagram, lhes recusa o tempo, os meios e até a forma de poder fazer sentir convenientemente aos poderes públicos, os seus males, ao mesmo tempo que pela maneira como se formam e seleccionam os estadistas e pelo meio onde estudam e deliberam, nem sempre lhes é permitido formar uma noção perfeita dos males da agricultura.

Para providenciar conscientemente em matéria agrícola, é necessário possuir conhecimentos da realidade da vida dos campos, que não se adquirem nas secretarias nem, tão pouco, na dinâmica dos processos políticos. É preciso escutar a opinião dos técnicos que se especialisaram na prática da profissão e mesmo a do rude casaleiro que exerce a sua missão nos lugares mais reconditos dos campos.

De há muito se reclama a neutralização política da pasta das Colónias. Está bem! Repare-se porém que não menos necessária é a neutralização da pasta da Agricultura. Quando se proceder assim, a agricultura ocupará o seu lugar de direito no conjunto da economia nacional.

Fazendo estas afirmações, não devo entretanto ocultar que, nos últimos tempos, bastante se tem feito em Portugal para levantar o nível da Agricultura, o que se mostra com os resultados obtidos com a campanha do trigo. No Ultramar inicia-se esse movimento com o decreto relativo à protecção dada ao algodão proveniente das nossas colónias, que nos proporciona uma esperança de ver convenientemente protegidas as outras culturas.

É' por'ém pouco o que está feito. Muito pouco!

Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro ha-de verificá-lo durante a sua visita à Colónia!

Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro ha-de reconhecer que a convergência das atenções dos poderes públicos para a agricultura desta Colónia é absolutamente necessária, porque é a sua agricultura que há-de proporcionar campo para realizar-se a obra da nossa colonização e para consolidá-la, e há-de compreender, também, que é desta consolidação que há-de resultar estabilidade da economia de Moçambique, essencial na manutenção do prestígio da nossa administração.

Sr. Ministro! A situação da agricultura em Moçambique é mais crítica do que em qualquer outra parte do Mundo, e acontece assim por falta de compreensão do valor que representa no conjunto económico da Colónia. Por falta de um sentimento económico causado por influência do meio onde estão mergulhados os organismos superiores da nossa administração provincial, as admi-

# FOMENTO DE MOÇAMBIQUE

## Discurso pronunciado pelo Coman- dante sr. José Cardoso no jantar oferecido pelas associações eco- nómicas de Lourenço Marques ao sr. Ministro das Colónias

nistrações que se têm substituído têm insistido em manter a Colónia à custa de um critério fiscal restrito, relegando para um plano remoto o critério económico, único alicerce sólido em que pode assentar um regimen seguro e regular de formação de riqueza e de crescimento contínuo e progressivo de todas as actividades que constituem a Nação, que formam os elementos que dão a consistência necessária às instituições sociais para resistirem aos períodos críticos

da história económica como aquele que neste momento nos sujeita a uma rude prova.

Ora a situação da agricultura de Moçambique é, como dito, mais crítica do que em qualquer outra Colónia por que por falta do sentido económico da administração, foi surpreendida pela actual crise quando estava em plena fase de crescimento, sem ter portanto, consolidado a sua conformação geral, ou seja, a sua estrutura, e a sua armadura financeira.

A demais, a colocação da produção de Moçambique, excepção feita para o açúcar, por uma espécie de fatalismo geográfico e pela feição natural das indústrias metropolitanas, depende principalmente dos mercados estrangeiros. É mais um *handicap* que demanda de um sentido muito apurado para defender a nossa economia da concorrência natural, encarniçada, que devemos esperar dos nossos competidores.

A primeira destas circunstâncias representa uma debilidade ingénita da agricultura de Moçambique, uma espécie de raquitismo infantil que não lhe permitirá muitos dias de vida se o Governo não cuidar seriamente da sua situação, procurando manter os seus pioneiros durante a quadra de crise, permitindo-lhes que alcancem, quando a crise cesse, a justa retribuição do seu esforço que seria injusto transferir para uma nova geração de agricultores, se acaso ela viesse, a qual há quem espere que substitua a actual, deixando que se consuma a ruína desta, arvorando-se até este critério em sistema de administração agrícola recomendável.

A segunda dificuldade o sistema de protecção a dar-se aos agricultores, mas em caso algum, deve essa dificuldade ser invocada para deixar-se de cuidar de instigar a produção. É essa dificuldade motivo, apenas, para procurarmos tornar mais fortes as instituições e organismos agrícolas e para manusearmos com maior cautela a melindrosa arma do fisco, que por vezes se dispara contra a Colónia, por ser apontada sobre um alvo errado.

Sr. Ministro! A crise geral se deve uma grande parte da nossa situação angustiosa de hoje; é verdade, mas seria iludir V. Ex.<sup>a</sup>, conscientemente, se não lhe dissesse que a Colónia tem uma crise própria, uma crise sua, originada pelo critério económico que a nossa administração inveterou.

Não é necessário fazer uma dissertação que seria mal cabida aqui, para mostrar que essa crise existe e se tem conservado endémica no espirito da nossa administração. Basta apontar-se um dos seus sintomas para V. Ex.<sup>a</sup> verificar que a moléstia existe e é contagiosa.

João Belo, profundo conhecedor das necessidades da Colónia, ainda sob as impressões vividas da formidável crise monetária de 1925, conseqüente da crise própria da Colónia, agravada pela Portaria que ao depois tornou célebre o número 233, publicou um conjunto de medidas que constituíram um autêntico sistema económico repartido por sete decretos publicados, de fins de 1926 a meadas de 1927. Esse sistema foi abandonado.

Tinha imperfeições esse sistema? Tinha; é certo! Mas visava ele o fim altamente patriótico de promover a colonização portuguesa no Sul, tomando como ponto de partida o esforço da colonização agrícola existente, periclitante já então, por mal ordenada e por mal encaminhada, visto nunca ter sido devidamente orientada pelo Governo.

Visava o plano de João Belo alcançar a autonomia económica do Sul, eliminando o parasitarismo financeiro a que temos rendido culto ao mesmo tempo que pretendia dar às actividades exercidas no Norte da Colónia, o desafio que lhes é devido e necessário para continuarem a sua missão na consolidação da conquista económica de Moçambique.

Que cumpria ter-se feito?

Interpretar a ideia de João Belo, corrigir o sistema, aperfeiçoá-lo, realizar-se o grande objectivo do grande colonial, objectivo que tem sido, afinal, a aspiração de todos os portugueses de lei que pelas lições que nos deu a guerra abriram os olhos para a realidade do problema de Moçambique.

Infelizmente não se adotou essa orientação elevada.

Mercê de maus conselheiros de ânimo timorato e de espírito leve, que presumem que a vida são dois dias que é necessário gozar o melhor possível, sem preocupações com o dia de amanhã e com o que legaremos aos vindouros, esse sistema económico foi trucidado a golpes de decreto, rápidos, vibrantes, incisivos, de um poder destruidor premeditado.

E sabe V. Ex.<sup>a</sup> porque, sr. Ministro?

Se V. Ex.<sup>a</sup> joeirar, espremer todas as opiniões que se acumulam através dos tempos, para nos desviar do sã caminho a trilhar para tornar independente a economia do Sul, encontrará uma só explicação:

A desculpa de no Sul as chuvas serem irregulares! Só por isto!...

Explicação pueril no século XX que jámais incomodou João Belo, que viveu um quarto de século nesta província, vendo essas chuvas irregulares com espírito muito lúcido e sempre com uma obstinação heróica de manter bem alto o nome português no sub-continente africano.

As conseqüências dessa política demolidora do plano de João Belo, constituem uma das agravantes do conjunto de circunstâncias que caracterizam o momento económico em que V. Ex.<sup>a</sup> surpreendeu a Colónia de Moçambique ao tomar conta da pasta das Colónias.

Esse conjunto de circunstâncias obrigou V. Ex.<sup>a</sup> a publicar o decreto 21.154, que representa uma regressão em relação ao decreto do financiamento de João Belo, uma regressão necessária, é certo, que teve de fazer-se por não se ter compreendido em tempo a ideia daquele estadista e posto em execução o seu sistema, muito embora com outra forma que não destruisse a sua essência.

A publicação dêste decreto, evidentemente necessária, representa uma regressão que poderia, até, ter sido prejudicial para o crédito da Colónia.

Temos pois que refazer uma tarefa tantas vezes começada outras tantas interrompida, e outra vez aflora a ideia de recorrer-se ao crédito para mais uma vez começar...

É-nos indispensável uma operação de crédito e estamos convencidos que bem aproveitadas as disponibilidades orçamentais, poderá a Colónia, a despeito da tendência para declínio nas receitas provinciais, fazer face aos encargos de um empréstimo.

Mas porque as condições do momento presente são melindrosas, muito cuidadoso tem de ser o delineamento de uma tal operação e a sua utilização. Cumpre por isso apontar com a experiência que temos reunido, o que se tem passado sempre que se pensou em levar a efeito uma operação desta ordem em Moçambique, quando se trata de discriminar a forma como aplicar os recursos de um empréstimo.

Temos visto colocar sempre no primeiro plano a influência que a realização dessa operação teria na situação cambial da Colónia, influência fatalmente momentânea que será, sempre, passageira se não forem criadas simultaneamente as fontes de produção que não-de consolidar os efeitos do empréstimo, e em matéria de realizações temos presenciado sempre, também, em Moçambique, haver uma acentuada tendência para adotar-se uma política exagerada de construção de caminhos de ferro, ao mesmo tempo que se manifesta uma grande dificuldade em encontrar outras formas de investir o capital que nos fôr emprestado, em empreendimentos que sejam *directamente* reprodutivos.

Parece-me que acontece assim porque é numa orgia ferroviária que se encontra a melhor forma de pulverizar rapidamente os recursos de um empréstimo, simulando uma actividade de grande alcance.

No actual momento em que as explorações ferroviárias, especialmente nas Colónias, se sustentam com imensa dificuldade, sendo quasi todas fortemente deficitárias, é lícito aplicar o termo de orgia a uma tal política de empréstimo.

Ela espalharia na Colónia dinheiro a rodos, ajudaria alguns intermediários felizes, poucos, que poderiam pelos fornecimentos, fazer fortuna fácil à custa do empréstimo, aliviaria a situação cambial, mas, num amanhã bastante próximo, esses caminhos de ferro não teriam carga para os seus comboios, e seriam um pesado encargo para o Estado. A crise cambial voltaria novamente à superfície, certamente com um aspecto mais cruel do que o de agora, pelo agravamento da situação, imposto pelas amortizações e juros do empréstimo pulverizado nas linhas férreas.

De resto, o caminho de ferro começa a ser já um instrumento de fomento, obsoleto, e só em casos muito especiais e muito seguros, num reduzido número de linhas de função indispensável, será

admissível que se apliquem dinheiros provenientes do crédito da Colónia.

Para obras de fomento colonial, é só admissível, portanto, que se contraia um empréstimo, quando fôr destinado a um fim *directamente* reprodutivo, para que esteja sempre assegurada a satisfação dos seus encargos sem sacrifícios incompatíveis com as possibilidades da Colónia.

O que é necessário, essencial, é procurarmos fazer brotar da terra a carga que há-de ser transportada e em condições de poder colocar-se nos locais de consumo.

A primeira preocupação na utilização de um empréstimo, e o maior volume dêste, no parecer da Associação do Fomento Agrícola, devem portanto ser empregados na conquista da autonomia económica do Sul da Colónia, tornando férteis os seus vales e várzeas por introdução do correctivo necessário ao regime climático da região. Devem ser empregados na consolidação da colonização agrícola existente, em toda a Colónia, numa sua melhor preparação para melhor produzir, intervindo-se com as diferentes classes de assistência, necessárias. Devem ser empregados ainda na expansão dessa colonização, e na preparação da juventude, desviando para a terra a geração que agora se prepara nas escolas, sem uma finalidade definida por um critério económico colonial.

No Norte da Colónia poderá uma parte apreciável do empréstimo ser aplicado com objectivo análogo, tendo em especial atenção que no ensino da forma como melhor produzir se faz um investimento produtivo de capital, de rendimento seguro e muitas vezes multiplicado, no dia em que se der a inversão da situação actual, que ha-de fatalmente produzir-se, como nos mostra a história de todas as crises.

Eis a utilização, que temos por melhor, dos recursos de um empréstimo. Multiplicar a produção pela multiplicação dos lares portugueses em terras de Moçambique.

Não devo passar sem reparo um facto que dá apreciável relevo ao momento que passa, momento que pode ser decisivo na história da Província.

Coincide com a estada do sr. Ministro na Colónia, a visita de inspecção às dependências do Banco Nacional Ultramarino, do seu administrador, o sr. dr. Francisco Machado. Homem novo, inteligente e sabelor. Pelas suas funções profissionais e pela sua missão específica, tem fatalmente de tomar um íntimo contacto com todas as actividades particulares e com as características da situação financeira e económica da Colónia, em geral.

De entre aquelas actividades não poderá deixar de merecer-lhe uma grande atenção a nossa agricultura, tanto mais que foi o Banco Nacional Ultramarino a instituição que amparou esta, até que a Junta do Crédito Agrícola se lhe substituiu, conseguindo esta, pelos seus processos restritos e emulsionantes que a maioria dos agricultores recorda hoje com saúde o acolhimento que então tiveram por parte dêsse Banco, contra o qual por mais de uma vez se queixaram...

A sua análise da situação ha-de facultar-lhe conhecimentos preciosos e bastante precisos, que lhe permitirão atrair para a Colónia atenções das entidades mais interessantes do meio onde S. Ex.<sup>a</sup> actua, o que será da maior utilidade.

É mais um valor com que devemos contar para a obra de um ressurgimento próximo de Moçambique e nêle vê a agricultura um valioso e inteligente amigo, de que espera alguma cousa, sendo certo que os serviços que Sua Ex.<sup>a</sup> vier a prestar à Agricultura aproveitarão principalmente à prosperidade de Moçambique.

Sr. Ministro! No pouco que a Associação do Fomento Agrícola acaba de dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, se contem a doutrina que esta Associação vem defendendo desde há anos, perante os Ministros, Alto Comissários e Governadores Gerais que se têm substituído. Consistiu já uma tradição nas aspirações desta colectividade, que são afinal as aspirações da classe que ela representa, em matéria de colonização agrícola.

Muito mais tinha que dizer-lhe sobre o que é indispensável fazer-se para que a actual camada de agricultores possa subsistir até que cesse a crise geral em que nos debatemos e sobre o que esperamos que nos seja concedido por ser reconhecido como legítimo o direito à existência dessa camada de colonos que injustamente seria deixar submergir.

Êste segundo aspecto da colonização agrícola impõe à consideração de V. Ex.<sup>a</sup> a necessidade de facultar-nos a redução do custo da produção agrícola e a assistência técnica e financeira actualizadas às condições do momento.

São três pontos que constituem matéria de detalhe, que não podemos tratar aqui, por esta circunstância, e por não ser o lugar próprio.

Para aqui, e diante dos operários da fábrica da economia provincial que me escutam, cumpre dizer, só, que não sendo atendidos convenientemente estes três pontos, jámais será possível a Moçambique competir com as restantes colónias portuguesas nos

# A viagem do Senhor Ministro das Colónias

## e a Imprensa Metropolitana em terras de África

Por ANTÓNIO JOSÉ CARIA

Capitão de Artilharia, diplomado com o Curso Superior Colonial

**A** CABA de chegar a Lisboa S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Colónias, de regresso da sua viagem às principais colónias portuguesas.

Pouco sabemos do que foi essa viagem pois na imprensa quasi só tem vindo a lume notícias descritivas das recepções, aliaz justas e das palhotas...

E pena é que assim fôsse.

Não são vulgares ocasiões como esta em que "in loco," se podem colher elementos para úteis e interessantes crónicas.

Não há em Portugal o amor pelos territórios de aléa-mar e anda a opinião pública muito divorciada dos enormíssimos interesses que temos em tais paragens.

Para a maioria da população metropolitana as colónias são terras malditas e inhóspitas. E tal idea não é apenas a da gente mais humilde, menos instruida.

Desde as Universidades até às oficinas se pensa dêste modo.

Para o mundo elegante e aristocrata, a África apresenta-se-lhe como uma realização do Inferno de Dante; para o povo que não sabe sequer o nome de tão grande poeta, o caldeirão de Pero Botelho é menos horrível, que essas terras onde aperta tanto o calor, que os homens, por andarem em pêlo, até parecem torrados.

Assim, perante uma visão tão negra, não admira que todos atribuam às colónias uma única utilidade e que ao vê-las em sonhos, povoadas de feras, as julguem só boas para depósitos de criminosos.

E teria sido agora fácil aproveitar tão excelente oportunidade para insensivelmente, ir insinuando no ânimo do público um sentir diferente sobre aquilo que mais o deve interessar, sobre êsses domínios tão belos e ainda tão vastos, a cujo desenvolvimento e grandeza está indissolúvelmente ligada a prosperidade de Portugal.

a luz do sol através dos vidros das montras.

Dêste modo está em sérios riscos de se perder, se não se perdeu já, um momento feliz de levar a todos os recantos do nosso país uma palavra nova acerca do ultramar que servisse a desfazer velhos preconceitos, denso veu que esconde ainda mais que a própria distância.

Disse o Ministro das Colónias numa entrevista, concedida ao *Diário de Notícias*, que a sua viagem tinha "uma importante finalidade política, administrativa e económica..."

Estas palavras dizem claramente qual o campo em que deveria agir a actividade dos jornalistas que o acompanharam.

Desde S. Tomé até Lourenço Marques havia muitos assuntos a tratar, muitas questões a trazer ao conhecimento do público.

Em S. Tomé e Príncipe foi bem curta a demora do sr. dr. Armando Monteiro, mas, ainda assim, ali procurou resolver importantes assuntos para a vida de tão importante colónia.

O orçamento, a organização administrativa e a crise económica que atinge todo o mundo e, portanto, também não poupou estas lindíssimas ilhas, foram a sua preocupação.

Mas de todo êste trabalho, das dificuldades que atravessam as explorações agrícolas, apenas se leram nos jornais umas escasas informações, redigidas em estilo telegráfico.

Não há sequer uma linha que procure elucidar sobre a situação financeira da Colónia, que informe das modificações decididas para a engrenagem administrativa; um canto onde qualquer coisa se exponha sobre as pungentes dificuldades de quem ali trabalha.

E a par das culturas do cacau, café e coconote, deveriam igualmente ser encaradas as possibilidades de outras explorações.

A propósito das roças entrevistas muito também, haveria a dizer sobre o regimen do trabalho indígena, em que eficazmente

---

mercados da Metrópole e com as colónias das outras nações nos mercados estrangeiros.

Sr. Ministro!

Veio V. Ex.<sup>a</sup> à Colónia animado de um grande pensamento imperial.

Os portugueses de Moçambique, que são como os melhores, estão integrados nesse grande ideal que anima V. Ex.<sup>a</sup>. Têm fé no Ministro das Colónias e relembram, confiadamente, as palavras por V. Ex.<sup>a</sup> pronunciadas ao sair de Lisboa, dirigindo-se ao País, nas quais afirmou que um dos objectivos da sua viagem era trazer aos colonos de África a certeza de que a Metrópole os acompanha em todas as iniciativas e empreendimentos, com o sentimento da grandeza de Portugal.

E assim como temos fé em V. Ex.<sup>a</sup>, julgamos, todos os que trabalham em Moçambique, ter o direito de pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que traduza as suas promessas em acções, olhando, cuidada e demoradamente, o que há feito na Colónia, o que há a fazer, o que há de bom e o que há de mau.

Não perca V. Ex.<sup>a</sup> o seu tempo com visitas de mera formalidade, porque destas é sempre afastada a parte mais útil da lição que o empreendimento visitado encerra: as dificuldades de toda a casta que tiveram de vencer, os insucessos por que já passaram e o que significam na hora presente, para a economia da vida da Colónia.

Veja V. Ex.<sup>a</sup> o Vale do Umbeluzi, os restos da Colonização Oficial que ali existiu, indague das causas do seu insucesso, que

visite o Vale do Limpopo cuja corrente poderá ver transformada na de um Nilo de águas abençoadas, portadoras da riqueza e da independência económica de Moçambique; visite a Zambézia, orgulho do esforço e trabalho português; indague da justificação económica do prolongamento do caminho de ferro de Moçambique; e se não poder ver isto tudo, veja ao menos detidamente e bem aquilo que tiver de ver, de sorte a que a sua acção, nesta Colónia, corresponda inteiramente às promessas que a todos nos fez ao sair de Lisboa, que tanto alento nos deram e que tamanha confiança nos merecem.

Se V. Ex.<sup>a</sup> realmente assim fizer, obra proveitosa nos assegurará; se o não fizer retirar-se-á de Moçambique sem ter sentido os problemas vitais da Colónia.

Resta-me só e por fim afirmar a V. Ex.<sup>a</sup> que a Colónia de Moçambique dispõe de notáveis facilidades de reconstituição e de renascimento que lhe permitem conceder à agricultura o que ela pede e precisa, e afirmar, simultaneamente, a nossa inquebrantável fé de portugueses no grande desejo de que o Governo da República e o seu Ministro das Colónias estão animados de levantar o nível da condição geral da existência dos portugueses do Ultramar e do grande poder de realizações práticas de que dispõe o actual Governo da República.

Terminando, brindamos pela prosperidade da República, das Colónias Portuguesas e do Ministro das Colónias, fazendo os nossos melhores votos por que resulte de uma proficuidade geral e duradoura, a visita de V. Ex.<sup>a</sup> ao Ultramar Português.

Infelizmente não foi este o procedimento havido, talvez por se reservarem os representantes da Imprensa para, depois do regresso, publicarem as impressões de viagem. Mas se foi esta a causa da superficialidade das suas crónicas, parece-nos, ainda, que cometeram um erro. Mesmo que os seus apontamentos de viagem sejam transcritos nos jornais, já lhes faltará aquela nota de actualidade, condição indispensável para a leitura dos periódicos.

E se em vez dêles, recorrerem ao livro, então ainda será pior porque entre nós, só se leem romances e os seus livros terão unicamente a acarinhá-los

são garantidos os direitos dos contratados. Pormenorizadamente se deveria descrever como ali é tratado o trabalhador preto, para que em toda a parte onde estivesse um português, não fosse por ele ignorada a falsidade das campanhas torpemente levantadas contra os processos da colonização portuguesa.

As florestas, onde há madeiras de excelente qualidade, não ficaram igualmente esquecidas.

E ao tomar o rumo de Angola, essa joia preciosíssima que Salvador Correia assegurou para o nosso domínio, ir-se-iam compilando e ordenando todas as impressões e apontamentos que uma visão tão rápida permitira.

Depois, em Angola, o espaço e o tempo melhor consentiriam uma tarefa árdua, mas proveitosa. Aqui a vastidão da província oferece motivo para inúmeras teses.

Por erros próprios e conseqüências inevitáveis do que dentro e fora das nossas fronteiras tem sido a vida agitada dos últimos vinte anos, Angola sofre de agudo mal em todos os sectores da sua vida.

A esta crise que tão dura tem sido para todos, só a solidariedade no trabalho, a conjunção de esforços será capaz de debelar. Mas para que tal aconteça mais conveniente se tornava por certo, a compreensão dos pesados sacrifícios a exigir, do que o cumprimento de severas medidas na ignorância da sua finalidade.

Nunca o aumento de imposto, a diminuição dos ganhos ou quaisquer restrições na liberdade de comerciar ou de agir foram simpáticas àqueles que as sentem. Porém o conhecimento, ainda que imperfeito, da sua inultrável necessidade ao menos serve, senão para lhes trazer a estima, a angariar-lhes ambiente para não serem odiados.

Assim nunca será demasiado tudo quanto se escreva das dificuldades das transferências e da forma por que se procurou resolver esse problema.

Também teriam bom acolhimento algumas linhas precisas e claras sobre as modificações que incidiram sobre o orçamento da província e seu reflexo sobre a organização dos serviços.

Desnecessário é acentuar a aridez destes assuntos e como difícil se torna tratá-los sem fazer bocejar o leitor. Contudo não é esta razão suficiente para o seu abandono e, habilmente, condensados com notas sobre o meio a que se referem e que a maioria desconhece, não ficarão no número dos artigos que se não lêem.

E a propósito desta Colónia quanto não vem a talho de foice.

Descrição dos recursos agrícolas do território, estado em que se encontram as suas culturas. Surgem-nos à vista os campos cobertos de cana de açúcar, com as fábricas para o aproveitamento de tão preciosa sacarina. Desenharam-se vastas extensões a que flor branca e macia do algodoeiro empresta claridades novas para a retina.

A criação de gados e seu comércio, a curtimenta das peles dariam aso a ouvir e a espalhar a opinião de alguns distintos funcionários dos serviços zootécnicos e das empresas que da pecuária já fazem um dos ramos da sua actividade.

E da mesma forma seria útil saber o que pensam e desejam outros produtores, as necessidades e orientação de alguns serviços. Mais intimamente ficaria a nação conhecendo o fruto dos seus sacrifícios e o que se impõe para eles não ficarem estéreis.

Através desse território cuja grandeza mais eleva o esforço e as qualidades colonizadoras de Portugal muito viram de novo, que é preciso não ficar no esquecimento.

Dessa visita em que de norte a sul correram o litoral de Angola é necessário que perdure a impressão que deixaram os seus magníficos portos, que são, igualmente, saída natural para o mar de largos territórios que não nos pertencem. A travessia de ocidente para oriente, feita com as maiores comodidades nas magníficas carruagens dos caminhos de ferro de Benguela, que tantas e injustas horas de amargura causou a Teixeira de Sousa. Como vai longe o tempo dos bombeiros, nas suas ingratas e perigosas viagens através do sertão em que tudo se conjugava para os vencer. Também passou já a época em que tudo ali era misterioso e as viagens de Capelo e Ivens, de Serpa Pinto e tantos outros, mais nos parecem contemporâneos das tentadas nos séculos XVI e XVII, que feitas no fim do século passado.

O comboio e o automóvel venceram a selva e por completo devassaram os seus segredos.

Dos recursos mineiros da província da mesma forma poderiam fornecer algumas noções, e quando chegados à Lunda, à despedida dessa terra regada pelo sangue de tantos mártires, o coruscado dos diamantes serviria a iluminar e a coroar toda a obra portuguesa, cujos métodos se afirmam de igual brilho e valor.

Depois até Moçambique, as regiões sujeitas a domínio alheio, ensejo magnífico de surpreender alguns dos aspectos mais escondidos da sua administração e estabelecer uma comparação que não nos envergonharia, pois que dos nossos exíguos recursos ainda sabemos extrair energia para disseminar o progresso e a civilização por tão dilatadas extensões.

E a seguir outra vez terras onde de novo se erguem altivas

e orgulhosas as quinas da nossa bandeira. O Oceano Índico, costas de Safala, todo um passado que se ergue, lembrando as naus da descoberta, início duma nova era para a humanidade.

Recordando o passado, para dêle se fazer uma escola do presente e do futuro e não para, perante tão maravilhosas visões, ficarmos quédos e contemplativos na adoração das suas gigantes cas figuras.

Não foi o acaso e aventura que atirou esses outros argonautas para a epopeia que o seu ânimo construiu. O estudo aturado, de planos sabiamente delineados, o desejo de alcançar terras de tão esplendorosas riquezas e o propósito de defender a civilização europeia ameaçada, foram a estrela que lhes serviu de guia.

E após esta digressão tão amável e salutar pelo passado, volver às realidades do presente. O espírito assim confortado melhor se conformará com as suas agruras e, ainda, por entre elas apreciará o muito que ainda possuimos.

Mais justiça faremos aos nossos contemporâneos verificando, que de tudo o que fizemos não restam só ruínas. Tem-se prosseguido essa obra grandiosa, há quinhentos anos iniciada, embora mais modestamente porque outra coisa não é possível nos tempos que vão correndo.

Aqui, em Moçambique, também as estradas cortam a terra em todos os sentidos; o caminho de ferro serve já não só os nossos interesses, como o dos estranhos e os portos abrem-se acolhedores à navegação de todo o mundo.

Lourenço Marques, na magestosa e magnífica baía do Espírito Santo, mostra um movimento extraordinário ao longo dos compridos cais, onde o navio e a locomotiva fazem resfolgar as suas poderosas máquinas. Os guindastes ciclópicos uivam na faina de carregar mercadorias e mais além as monstruosas carvoeiras brincam com vagões prenhes de carvão, elevando-os e despejando-lhes o conteúdo, como se fossem bonifrates de crianças.

Rostos brancos de europeus, peles baças de orientais e pretos de todas as gradações cruzam em todos os sentidos, falam em todas as línguas. É a vida movimentada e colorida dos grandes portos.

Mais além a cidade bem traçada e alegre nas suas avenidas largas cheias de sol e, depois, a Polana, garrida e palmeira à hora do chá, momento escolhido para os mais deliciosos *flirts*.

E como este porto; a Beira mais modesta nas suas obras ainda não acabadas, mas não menos alegre e viva.

Depois as plantações de açúcar, os campos de sisal, os palmares verdes e esguios, as fábricas vomitando fumo, tudo vibra em actividade febril.

Também aqui a terrível crise se deteve e causa sérios embaraços, ainda que de momento, felizmente, não tinha a mesma gravidade que assumiu em Angola. Procura-se com ância o remédio e bem apreciada foi, por certo, esta viagem dum membro do Governo Central, demonstração concreta de que não está esquecida da Metrópole.

Foram igualmente estudados os seus problemas administrativo, económico e social; ouvidas as principais partes interessadas e de tanto trabalho alguma coisa útil nascerá.

Sobre todos estes assuntos que tão rapidamente aqui indicámos, e outros que o tempo não nos permite abordar como desejávamos, como por exemplo as Feiras das Amostras, deveria incidir o trabalho dos senhores jornalistas que foram fazer esta viagem.

Naturalmente não lhes foi possível na vertiginosa travessia realizada, entregarem-se a tão momentosa tarefa. Mas iremos agora ler trabalhos feitos no remanso dos gabinetes, depois de retocados e burilados os apontamentos que as carteiras comportam.

E com aquela ciência que a arte de prender a atenção do público lhes ensinou, afastarão para bem longe os nossos agoirentos vaticínios, o que, sinceramente, muito lhes desejamos.

---

## Movimento das Alfândegas de Moçambique

Ainda acerca do relatório do director geral das Alfândegas da colónia de Moçambique, relativo ao ano próximo passado, vê-se que o total das receitas alfandegárias foi de 79.204.476\$00 e 1.150 libras contra 86.055.998\$00 em 1950.

As receitas das exportações em cinco anos desceram de 15.511.967\$00 para 3.543.869\$00.

O valor da mercadoria importada para consumo local foi de 2.967.662 libras, sendo de Portugal 450.485 libras.

O valor da importação dos vinhos e bebidas alcoólicas nacionais nesse ano é de quase 50 % da importação geral da Metrópole na colónia.

# A Feira de Amostras em Luanda

O seu director, tenente Henrique Galvão, faz o elogio das qualidades de acção da geração nova e explica as razões do êxito da Feira de Amostras Coloniais realizada em Luanda

Com a devida vénia transcrevemos o interessante artigo do sr. G. Ayala Monteiro publicado no jornal *Diário da Manhã* de 25-8-932.

O senhor tenente Henrique Galvão é alguém que de há muito marcou o seu lugar na vida colonial portuguesa. Primeiro classificado do seu curso na escola de Joinville, aliando um golpe de vista rápido e um bem equilibrado senso crítico a uma inteligência que resolve dum golpe o íntimo dos problemas, o tenente Henrique Galvão é, ainda, mais do que tudo isto, um perfeito homem de acção.

Ouvindo-o falar, vendo-o trabalhar, auscultando as possibilidades enormes do seu talento realizador, tem-se a certeza de que era em homens desta tempera que pensava Claude Farrère quando escreveu o título sugestivo de um dos seus livros *Les hommes nouveaux*. Sente-se que deviam ser assim os melhores colaboradores de Lyautey no Oriente, em Madagascar e nessa grande obra, uma das maiores do nosso tempo, que é Marrocos.

O seu governo da Huila é uma lição de administração colonial. E o seu relatório de doze meses escassos de governador do distrito pesa na literatura colonial portuguesa como um trabalho modelar, encerrando um plano de governo realizável em dois anos, que pode servir de guia, pelo método, pela segurança do traçado, pelos princípios gerais que contém, a quem quer que seja chamado a governar não importa qual distrito angolano.

Pode dizer-se que poucas vezes um homem de acção apresenta tão fundamentalmente a marca do orientador, que poucas vezes o gesto que cria, que realiza, se desprende tão intimamente da doutrina pre-estabelecida por inteligência, por intuição, por riqueza espiritual.

Entre nós, a baixa política de muitas dezenas de anos pretendeu assentar o princípio de que ter teorias e governar eram funções incompatíveis. E o princípio generalizou-se como todos os desacertos.

O doutrinário, o teórico, foi ridicularizado e afastado da função governativa deixando o campo aberto aos chamados políticos que, em Portugal, foram quasi sempre oportunistas, por falta de directivas doutrinárias, por ausencia de responsabilidades intellectuais para consigo próprios e para com os governados. Os resultados da quasi geral ausencia de mentalidade dos politicos estão, ainda infelizmente, na memoria de todos para que seja necessário aviva-los.

É o momento de dizer-se que foi a actual situação politica que restaurou a intelligencia integrando-a na função de governar, chamando à acção os homens de gabinete, os doutrinários, e entregando-lhes a reconstrução material, moral e jurídica do Estado.

Henrique Galvão pertence a esta geração de homens que têm ideias e sabem agir.

Por isso, reputamos que não podia ser mais acertada a escolha do sr. ministro das Colónias quando o nomeou director das Feiras de Amostras Coloniais a realizar em Angola e Moçambique.

O êxito da feira de amostras de Luanda, não podia ser mais completo. Numerosos expositores, stands variados e ricos de produtos da colónia e da metrópole, inúmeras transacções realizadas, e um ar civilizado e moderno criando ambiente, adiantando o relógio nacional, marcando uma hora de progresso.

Pois o tenente Henrique Galvão não se limitou a ser o homem que dirige do seu gabinete, que comanda a batalha quasi sem ver os soldados. Foi isso, foi o chefe, e foi também soldado. Misturou-se com os operários e foi com eles. Trabalhou, trabalhou materialmente, sem perder a direcção, sem esquecer o conjunto da sua obra. E assim triunfou.

Falámos-lhe no seu gabinete instalado no edificio dos Serviços Pecuários no recinto da feira, quando a feira caía como um castelo de cartas, como uma pequena Hollywood que já cumpriu o seu dever, que foi cenário, e parte desfeita, reduzida a traves e lonas, em camiões rouquejantes, para se reerguer, para se reajustar em qualquer outra parte.

O sr. tenente Henrique Galvão, quasi sem colaboradores, impossibilitado de os arranjar pela escassez da verba destinada à grande realização que ele dirige, está agora empenhado em tirar as conclusões daquilo que em grande parte foi obra sua—obra planeada pelo sr. ministro das Colónias e bem compreendida por comerciantes e industriais da Metrópole e de Angola—preparando os dados estatísticos, ordenando a grande lição económica que deve tirar-se da primeira feira de amostras coloniais realizada em Luanda.

Preguntámos ao sr. tenente Henrique Galvão se a Feira de Amostras de Luanda pode considerar-se uma realização triunfante. E a resposta foi terminante e clara.

—A finalidade da feira de amostras, os seus objectivos, foram inteiramente alcançados. Deu-se um passo decisivo no sentido da politica de unidade imperial, na ordem económica, preconizada pelo sr. ministro das Colónias, dando forma a uma aspiração que existia no animo de todos. Foi notável a unanimidade de vistas entre todos os representantes de Angola e da Metrópole.

—E essa unidade de vistas traduziu-se em factos apreciáveis? —inquirimos nós no desejo de precisar uma resposta que adivinhávamos.

—No dominio dos factos, esclareceu prontamente o sr. director das Feiras de Amostras, basta reparar

no esforço dos expositores da metrópole em virem até aqui, realizando a maior manifestação do género em território nacional. Nem mesmo em exposições no estrangeiro tivemos tão grande representação. Pelo lado de Angola é necessário atentar também no valor de conjunto dos seus expositores e na maneira porque foram recebidos os expositores metropolitanos.

—A que deve atribuir-se o êxito da Feira?

—A oportunidade em que foi lançado o empreendimento. A produção portuguesa, apertada pela crise, devia entrar no verdadeiro rumo.

E depois desta resposta precisa, categórica, que que o jornalista não completa nem arredonda porque o sr. Henrique Galvão, homem de letras, exprime-se em conceitos perfeitamente definidos o director das Feiras de Amostras continuou, completando o seu pensamento:

—Nós somos hoje talvez o único país da Europa que pode, economicamente, isolar-se dentro das suas fronteiras. E se é certo que a crise mundial excede as fronteiras e que a solução da crise não pode ser nacional, não é menos certo que a política adoptada por todos os países, contra o bom senso e contra a razão, é a política estritamente nacional. Portugal pode sem perigo seguir esta política porque tem no seu território tudo aquilo de que necessita.

—E a Feira de Amostras documenta o desejo de Portugal seguir essa política?

—Claramente. Com as Feiras de Amostras e as Conferências Económicas pretendeu dar-se o primeiro passo no sentido da política de realizações económicas. E o passo foi dado porque, primeiro, ambas as partes se concertaram na organização do intercâmbio. Em segundo lugar, deve registar-se o acolhimento formidável que tiveram os produtos metropolitanos. E, por último, avulta o facto de as possibilidades de produção da metrópole terem sido inteiramente reveladas.

—Quanto ao esforço que representa um empreendimento desta natureza... —lançamos nós. O sr. tenente Galvão tem um gesto eloquente, um gesto em que há indiferença pelo próprio esforço. Com sinceridade, sem falsa modéstia, como é timbre da geração a que pertencemos, pede-nos que omitamos qualquer referência ao seu trabalho pessoal para que êle possa falar livremente, sem rodeios. E diz-nos:

—Quanto ao esforço feito é necessário confessar que êle não poderia, que não poderá repetir-se. Obras desta natureza só podem realizar-se atribuindo-se-lhes os meios necessários. Para que se ajuize do trabalho, da habilidade, da economia, com que foi necessário proceder na organização das Feiras de Amostras, torna-se necessário que o público recorde as seguintes cifras: na Exposição de Sevilha gastaram-se sete mil contos; na de Paris dez mil; às exposições de Angola e Moçambique foi atribuído um total de setecentos contos! A exiguidade desta dotação já se está fazendo sentir na demora e insuficiência de verbas para várias publicações e estatísticas que são indispensáveis.

Como nós lançásemos algumas palavras de admiração pelo empreendimento levado a cabo com tão notável brilho e tanta escassez de recursos, o sr. tenente Galvão interrompeu-nos para afirmar decididamente:

—Aqui só há um facto notável: é que esta obra que foi realizada por homens novos é a primeira expressão de uma mentalidade de acção que estava

## Escola Superior Colonial

### O prazo para a abertura de matrículas no presente ano lectivo, neste importante e útil estabelecimento de ensino superior, começa em 15 e termina em 30 de Setembro

A Escola Superior Colonial, assim denominada por decreto 14.317 de 24-9-927, foi criada em 1906 e completamente remodelada por decreto n.º 12.539 de 25-10-926. Funciona no edificio da Sociedade de Geografia, sob a dependência e inspecção do Ministério das Colónias.

Os fins desta Escola são preparar o funcionalismo civil e militar para o Ministério das Colónias e para as Colónias em geral; designadamente habilita para os cargos de Inspectores, administradores e Secretários de Circunscrição, Secretários dos Governos de Distritos e Chefes de Repartição Distritais etc. tendo os seus diplomados preferência para todas as nomeações a fazer para o Ultramar.

*E assim para a matrícula são necessários os seguintes documentos:*

- 1.º Certidão de idade provando ter mais de 17 anos;
- 2.º Certidão do 7.º ano dos Liceus (Ciências ou Letras);
- 3.º Atestado de bom comportamento moral e civil (passado pelo regedor ou administrador do concelho ou bairro);
- 4.º Atestado médico provando que é robusto não sofre de moléstia contagiosa e foi vacinado há menos de 7 anos.

No requerimento dirigido ao Director da Escola pedindo a matrícula deve dizer-se a idade, naturalidade e filiação. A matrícula de 300\$00 anuais é paga em três prestações.

Dadas as circunstâncias anteriores torna-se desnecessário encarecer a utilidade do "Curso Superior Colonial", cujo programa de estudos distribuídos por 4 anos, é como segue:

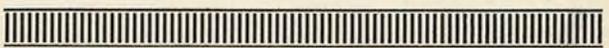
1.º Ano—1.ª Cadeira—Geografia Colonial e Topografia etc.; 2.ª Cadeira—Colonização; 4.ª Cadeira—Etnologia e etnografia Colonial; 11.ª Cadeira—Kimbundo (Língua de Angola).

2.º Ano—3.ª Cadeira—Administração Colonial; 5.ª Cadeira—Regime Económico; 6.ª Cadeira—Higiene Colonial; 11.ª Cadeira—Ronga ou Landim (Língua de Moçambique); 7.ª Cadeira—Direito Aduaneiro Colonial; 8.ª Cadeira—Estatística e Informações Coloniais.

3.º Ano—9.ª Cadeira—Política Indígena; 11.ª Cadeira—Concani (Língua da Índia);

4.º Ano—12.ª Cadeira—Direito Internacional, Público e Privado, Prática Judiciária e Notariado; 13.ª Cadeira—História das Colónias Portuguesas; 14.ª Cadeira—Noções de Construção Civil. Construções Coloniais Carreiras; 10.ª Cadeira—Inglês prático.

As aulas são ministradas fora das horas de expediente normal, isto é das 9 às 10 1/2 ou 11 horas e das 17 1/2 às 18 1/2 horas de todos os dias úteis.



quasi perdida em Portugal. Entre a idea do sr. ministro das Colónias e a realização houve a maior harmonia. E todos sabem que é raro em Portugal chegar-se à realização das ideas.

Terminando a sua brilhante entrevista, o sr. tenente Henrique Galvão indicou-nos, a largos traços, o que vai ser o seu relatório a propósito da realização da Feira de Amostras Coloniais, citou-nos alguns números, apontou-nos algumas conclusões que serão verdadeiras revelações no nosso mundo económico.

Mas isso constituirá matéria para um próximo artigo.

Meu querido amigo

Acceptando o seu amabilíssimo oferecimento das colunas da magnífica revista *Portugal Colonial*, que tão brilhantemente está dirigindo, para a publicação integral do artigo que fui convidado a escrever para o *Diário de Notícias* de 22 de Julho p. p., tenho o prazer de lhe remeter, com a presente carta, uma cópia do mesmo.

Como sabe, este artigo, a pretexto da falta de espaço, foi barbaramente truncado na redacção daquele jornal, sem o meu conhecimento, tendo-lhe os cortes feitos prejudicado inteiramente a sua continuidade.

Interpretando a sua gentil atenção para comigo, não como uma compensação merecida pelo meu insignificante trabalho, mas sim por se tratar duma manifestação de actividade dum aluno da Escola Superior Colonial que o meu querido Amigo, tão bem e com tanto entusiasmo, em todos os campos está sempre pronto a exaltar, e a defender, não deixo, no entanto, de lhe agradecer, quer como amigo pessoal, quer como aluno da Escola que me orgulho de frequentar.

**A** actual população indígena de Moçambique que é constituída por diversas sub-raças, todas elas fazendo parte da grande família *Bantu*.

A palavra *Bantu* significa *Gente* e, embora com pouca propriedade, foi este o nome que se convencionou dar à raça possuidora duma linguagem bastante perfeita e duma cultura relativamente adiantada que, há cerca de dois mil anos, começou descendo lentamente da bacia do Congo para o Sul, submetendo por conquista e absorvendo por cruzamento as raças aborígenes que povoavam a extensa região sul-africana.

Essa migração que se alongou até a Damara-lândia e o Natal já tinha atingido as alturas de Lourenço Marques quando os nossos navegadores, nas suas primeiras viagens para o Oriente, tocavam na costa da nossa actual província de Moçambique.

O cruzamento da raça invasora com as raças submetidas ao seu poderio originou a formação de sub-raças que apresentando, por vezes, diferenças muito sensíveis quanto aos seus caracteres físicos e psíquicos, se encontram, no entanto, estreitamente ligadas pelos seus caracteres linguísticos.

As línguas bantu, de estrutura aglutinativa, são numerosas em virtude de muitos cruzamentos com os povos dominados que deram lugar à diferenciação da língua mãe em novos dialectos e caracterizam-se, essencialmente, pelo emprêgo de prefixos, os quais permitiram o agrupamento de todos os subs-

tantivos em classes e constituem a base de toda a concordância.

Interessantes e valiosos estudos têm sido feitos sobre os caracteres étnicos da população indígena de Moçambique contando-se, entre os mais recentes, os dos distintos coloniais António Augusto Pereira Cabral e Gustavo de Bivar Pinto Lopes.

O estudo deste último colonial, respeitante às raças e tribus que povoam os territórios da Companhia de Moçambique, da qual é funcionário, é o trabalho mais perfeito que conhecemos sobre etnografia desta nossa Província e, pela forma científica como foi elaborado, honra não só o seu autor como a Companhia que o editou. Não regatearemos os nossos louvores e tão alto serviço prestado à ciência e ao País.

Pertencem a esses estudos alguns dos dados que vamos mencionar sobre a vida psíquica, a vida social e a vida familiar das populações indígenas da nossa África Oriental.

Acceptando como verdadeiros os últimos recenseamentos, a população indígena de Moçambique deve regular por 3.800.000 habitantes, estando incluídos neste número os trabalhadores emigrados, temporariamente, na União Sul Africana, na Rodésia do Sul e nas Ilhas de São Tomé e Príncipe.

Nos distritos abrangidos pelo recenseamento destes trabalhadores o número de mulheres chega a ser superior ao dos homens em 80 %, enquanto que no resto da

Província essa percentagem não ultrapassa 25 %.

Acusando o censo demográfico um número de crianças do sexo masculino superior em cerca de 10 % ao das crianças do sexo feminino, constata-se que a mortalidade é muito maior no sexo forte do que no sexo fraco.

Para este resultado contribuí, certamente, duma forma sensível, o número de baixas que se dá nos indígenas que trabalham nas minas do Rand.

Nos indígenas de Moçambique, a cor predominante da pele é o pardo escuro. O negro carregado e o preto claro são raros. Vêm-se com frequência casos de xantismo (amarelidão pardacenta) e registam-se alguns de albinismo.

Certas tribus, quando nascia um albino deitavam-no a afogar, pois acreditavam que não choveria enquanto ele vivesse. Este costume parece ter desaparecido.

Os indígenas de feições mais correctas, melhor constituídos e musculados são os *ba-rongas* que vi-

# Os indígenas de Moçambique

## Alguns dados etnográficos sobre população, língua, usos e costumes

Por *ILÍDIO DA SILVA LOPES*

*Distinto aluno da Escola Superior Colonial, do qual recebemos a carta acima, justificando a publicação na nossa Revista, do interessante e útil artigo subordinado ao título que antecede estas palavras*

vem nos distritos de Lourenço Marques e Inhambane. A sua altura média é de 1<sup>m</sup>,66. Igualam-nos em estatura os *ba-shopes*, que habitam nos mesmos distritos, os *ba-angonis* que vivem no distrito de Tete e os *ajauas* que vivem nos territórios do Niassa. Seguem-se-lhes os *ba-sengas* que habitam nos territórios da Companhia de Moçambique e distritos de Quelimane e de Tete, os *ba-tongas* que vivem em Lourenço Marques e Inhambane e, em último lugar, os *macúas*, mais feios e de menor estatura média (1<sup>m</sup>,62). Os *macúas* constituem a maior parte da população dos distritos de Quelimane, Moçambique e Niassa figurando no mapa demográfico com 1.700.000 indivíduos (cêrca de 45 % da população indígena da Província).

Aos quarenta anos as mulheres indígenas são já velhas. As cans só aparecem nos homens, normalmente, depois dos cinquenta anos, sendo rara a calvície.

Geralmente o indígena não tem superioridade física sobre o europeu; mas a sua resistência para a marcha a pé é grande chegando a percorrer, com ligeiros descansos, até 100 quilómetros duma assentada.

A acuidade visual e auditiva é extraordinária nos negros, devendo contribuir para o maior desenvolvimento destes sentidos o menor uso que fazem dos restantes. São notáveis a facilidade com que distinguem todos os mil ruidos que à noite, no mato, compõem a mais bárbara das sinfonias e a perfeição com que presentem, ao longe, animais ou homens.

O desenvolvimento intelectual das crianças negras é muito rápido, não se mostrando elas inferiores às crianças brancas em vivacidade e inteligência. Mas, enquanto nos brancos o desenvolvimento intelectual se prolonga pela adolescência, nos negros estaciona, quando não retrocede, ao atingirem a puberdade.

Muitas tribus sujeitam à circuncisão os rapazes que entram na adolescência. Essa operação é realizada durante a cerimónia da iniciação que tem lugar todos os anos.

Os rapazes que vão ser iniciados são conduzidos para um local afastado da povoação que fica interdito à aproximação de mulheres. Homens velhos e feiticeiros ensinam então, aos rapazes, tudo quanto lhes convém saber em matéria de vida social e de relações sexuais. Ao mesmo tempo submetem-nos, durante um período mais ou menos longo, às provas mais duras, difíceis e cruéis, para se poder avaliar da sua resistência à fome, à sede e aos tormentos físicos. Não poucas vezes um ou outro sucumbe durante essas provas, mas os que saem vitoriosos são reconduzidos triunfalmente à sua aldeia e ali festejados durante vários dias.

Os indígenas de Moçambique são geralmente dotados de índole pacífica. No entanto, aqueles cujos chefes indígenas se mantinham em constantes lutas ou os que, vivendo em regiões invadidas e assoladas pelos zulus, sofreram o domínio destes e eram incorporados à força nas suas hostes, adquiriram espírito guerreiro que só a ocupação definitiva dos portugueses, após a prisão do Gungunhana por Mousinho de Albuquerque e o conseqüente desmembramento do poderoso império vátua, fez lentamente desaparecer.

As violências exercidas, outrora, pelos mercados de escravos e as injustiças sofridas, durante sé-

culos, pela população negra tornaram o indígena desconfiado.

O negro é naturalmente mentiroso; mente por hábito e persiste na mentira mesmo quando apañado em contradição.

A sua reputação de indolência e relutância pelo trabalho é injustamente levada ao exagêro. O indígena prefere, geralmente, trabalhar próximo das suas povoações se os salários são suficientes para as suas necessidades. Mas quando precisa de amealhar dinheiro para a compra das suas mulheres não hesita em deixar-se contratar por quem lhe paga salários mais elevados e emigra até, voluntariamente, para as minas do Transvaal.

Certos indígenas têm aptidões especiais. Uns são excelentes marinheiros, outros pescadores, outros ainda hábeis operários, como carpinteiros, pedreiros, ferreiros e até ourives.

Em toda a parte há indígenas que fabricam esteiras, cestos, pratos, colheres de madeira, zagaías, machados e enxadas para seu uso.

O trabalho das suas explorações agrícolas, à parte os serviços mais pesados, é feito pelas mulheres. A indústria da olaria é igualmente exercida por mulheres.

Os seus objectos de uso são muitas vezes bem acabados e ornamentados com desenhos e gravuras. Aquele que é da sua maior estimação, a espingarda, embora do primitivo sistema de carregar pela boca, encontra-se freqüentemente, entre os indígenas da Zambézia, de fustes e coronhas artisticamente ornamentados com incrustações de ouro.

Os *ba-rongas* ou *landins*, *angonis* e *sengas*, à falta de espingarda, preferem a zagaia como arma de guerra. Os restantes preferem o arco e flecha, arma mais útil para os habitantes das regiões montanhosas e de mato denso e que melhor se adapta à guerra de emboscadas muito da sua predilecção.

O uso do machado de guerra de diferentes feitios é geral, bem como o uso de punhais ou facas em ponta, machadinhos, etc. Alguns povos envenenam as suas armas com fel de crocodilo ou com sementes de plantas especiais.

Cornetas feitas de chiíres de kudo ou pala-pala servem para reunir os indígenas para fins belicosos ou para a dança.

Como adorno de fantasia usam muitos indígenas a tatuagem do ventre, peito e cara, à qual se sujeitam homens e mulheres quando são ainda novos.

As mulheres *ba-rongas* tatuam-se no baixo ventre, nas espáduas e no alto das coxas por incisão feita com um ferro em forma de raspadeira e com o auxílio dum pequeno gancho para a pele ficar levantada. O sangue é estancado com ocre. Este processo de tatuagem é preferentemente usado pelos povos da raça negra. Conservando abertos os bordos da incisão manifesta-se actividade neoplásmica que faz crescer a camada dérmica para nível superior ao da epiderme. As cicatrizes ficam, assim, de cor clara.

A tatuagem por picadas, feita com agulhas e tinta extraídas de lulas, é usada pelos *ba-tongas* nos braços e no rosto.

Os dentes incisivos aguçados por meio de lima ainda se vêem bastante em certas tribus.

As mulheres *macúas* do interior usam o lábio superior furado, no qual introduzem uma larga ro-

dela de madeira, e foram também as orelhas. As do litoral usam, além dos brincos nas orelhas, um buraco no lado direito do nariz onde introduzem um pequeno adorno, geralmente metálico, costume êste trazido para ali pelos asiáticos.

O corte do cabelo e os penteados obedecem apenas à fantasia, havendo, porém, modas mais ou menos vulgarizadas.

É comum a todos os indígenas da Província o uso de anilhas metálicas, anéis, pulseiras de missanga nas pernas e pulsos, colares de missanga ao pescoço, etc.

Em certos pontos do interior ainda são usadas peles e cascas de árvores em volta da cinta, como vestuário.

Os indígenas do litoral mais em contacto com os brancos dão preferência aos panos ou lenços de algodão estampado, tinto, ou branco e azul. No sul usam o pano em forma de saíote; no norte colocam-no semelhantemente aos cueiros das crianças.

Mais perto dos centros de civilização as mulheres vão-se habituando ao casaco de chita e os homens, principalmente aqueles dos distritos do sul que já trabalharam nas minas do Transvaal, usam camisas, casacos, calças, coletes, etc. Ao norte da Província, onde o clima é mais quente, os indígenas usam, geralmente, o tronco nu.

O indígena que já emigrou julga-se superior àqueles que nunca saíram do território, sente-se mais civilizado e, como tal intitula-se *senhor magaiá*; aos outros chamam-lhes, desprezivelmente, *mamparra*.

Os ba-rongas usam na cabeça uma rodela formada por um entrançado de fio e de cabelo envolto em cêra preta. Esta rodela, sempre muito lustrosa, é principalmente usada pelos homens que atingem a idade madura ou já não precisam trabalhar, ou ainda quando são chefes de povoação.

Outrora os régulos eram senhores absolutos dos seus vassallos e dos seus haveres e tinham sobre êles o direito de vida ou de morte. Hoje o seu papel limita-se a prestarem às nossas autoridades os serviços que estas lhes exigem, como: auxiliar recrutamentos de homens, activar o pagamento do imposto, fornecer trabalhadores para estradas, etc.

Em caso de *milando* (simples desavença ou questão grave entre os indígenas) os régulos não podem impor multas ou prisão a qualquer das partes. Toda a administração de justiça é exclusiva das autoridades portuguesas.

Anteriormente à nossa ocupação, quando os crimes e questões indígenas eram julgados pelas autoridades cafriãs, o que se dava ainda há trinta e quatro anos nas regiões dominadas pelos vatuas, as penalidades resumiam-se, na maior parte dos casos, a indemnização e só excepcionalmente à pena de morte. Quando o dano era causado sobre coisas ou animais a indemnização era paga em dinheiro; quando era causado sobre pessoas a indemnização era paga em cabeças, isto é: também em pessoas, sendo estas sempre do sexo feminino. Aos crimes de roubo, incêndio, estupro e adultério correspondia a pena de indemnização em dinheiro ou, na falta dêste, em gado. Ao crime de homicídio correspondia a pena de morte, remível com indemnização em pessoas. Só a rebelião era castigada com a morte.

O aborto e o abandono de menores são crimes desconhecidos dos indígenas. A morte por envenenamento é quasi sempre attribuída a feiticeira.

O culto animista-feiticeiro é ainda hoje a única manifestação religiosa dos *Bantu* de Moçambique, excepção feita daqueles que as missões já converteram ao cristianismo.

A vaga concepção dum Deus, dum Ser Supremo a que chamam *Mulungo*, *Muari* ou *Tilo* está de tal forma confundida com superstições e feiticeiras que lhe attribuem influencia sobre todos os fenómenos físicos de que lhes advem um bem ou um mal. Assim, a chuva, o trovão, o raio, o Sol, são *Mulungo!*

Por via de regra o indígena attribui a morte a um feitiço. Só a morte por acidente, desastre ou em combate é considerada natural. Mas quando o acidente mortal é provocado pelas feras, o indígena crê que essa morte foi propositamente causada por um inimigo que, para exercer a vingança, se transformou em lião, em leopardo, etc.

A superstição de que a carne de leão ou leopardo dá coragem e valentia a quem a come, é comum a todos os indígenas, assim como o uso de feitiços, à laia de «porte-bonheur», como unhas de carnívoros, dentes, ossos, ou mesmo bocados de madeira dependurados em colar, à volta do pescoço.

É geral a crença nos feiticeiros, senhores dum poder sobrenatural que lhes permite lidar com os espíritos. Feiticeiros são propriamente aqueles que, por envenenamento ou por encantamento, causam a morte de alguém, quer com o motivo de aproveitarem os despojos do enfeitizado para novos encantamentos, quer por simples maldade.

O feiticeiro é, pois, um indesejável e em vez de ser respeitado é perseguido. Antigamente os seus crimes eram punidos com pena de morte remível, nalguns casos, por indemnização em pessoas.

Os adivinhos, ao contrário, têm uma influencia absoluta na vida dos indígenas que nada fazem e nada tentam sem os consultar. São, em geral, velhos espectralhões que, afirmando-se senhores de poder idêntico ao dos feiticeiros contra estes o empregam.

Quando succede qualquer morte attribuída a feitiço é ao adivinho que recorrem para descobrir o feiticeiro. E é muito curioso que, na maior parte das vezes, o feiticeiro, justa ou injustamente acusado duma morte, não a nega, sujeitando-se às provas a que o adivinho o obriga talvez orgulhoso do poder sobrenatural que lhe é attribuído.

A prova do *Muave*, hoje caída em desuso, consistia em o acusado ingerir uma poção venenosa preparada pelo adivinho. Se ela não lhe causava dano era porque estava inocente; se, pelo contrário, lhe causava a morte era porque estava culpado. É claro que, tendo o acusado recursos para dar bons presentes ao adivinho, era sempre possível conseguir que o ordálio do *Muave* lhe fôsse favorável...

Hoje o *Muave* é dado a beber a animais que pertençam ao acusado (cães, galinhas, etc.) tendo os efeitos idêntica significação.

A prova da água a ferver consiste em o acusado, depois de lavar as mãos numa água preparada pelo adivinho, retirar duma panela com água fervente duas pedras, uma com cada mão. Se se escalda é porque está culpado!

Há ainda a prova do ferro em brasa e muitas outras mais ou menos bárbaras ou repugnantes.

Em certas regiões os indígenas saudam-se batendo as palmas, noutras raspando os pés no chão, noutras ainda apertando as mãos à europeia, etc.

As mulheres saudam uma pessoa de respeito ou

um grande, cruzando as mãos no peito e curvando os joelhos ligeiramente.

As homenagens e saudações aos régulos são mais complicadas e variam muito de raça para raça ou de região para região.

Homens e mulheres cumprimentam os régulos sempre sentados, com as pernas dobradas para um dos lados porque em frente do regulo não se podem estender as pernas. Eles em regra batem as palmas ao mesmo tempo que pronunciam as palavras de saudação. Elas põem as duas mãos no chão, e por vezes os cotovelos e antebraços, do lado contrário ao das pernas, e curvam a cabeça a tocar quasi no chão.

Em Moribane, no território da Companhia de Moçambique, quando o régulo bebe pombe (bebida alcoólica obtida pela fermentação do milho) ou cheira rapé, os homens presentes tapam a cara com as mãos abertas, palmas para fora, e as mulheres fazem grande alarido batendo com as mãos na boca, homenagem esta prestada hoje, exclusivamente, a este régulo.

A cerimónia do casamento varia extraordinariamente de região para região. Normalmente a mulher é comprada e o seu preço regula entre cinco e trinta libras, segundo a região. Mas também se pode efectuar a troca de uma noiva por outra entre dois homens quando cada um tem uma filha que dá ao outro em casamento. Há ainda o casamento em que o noivo se constituiu serviçal do sogro por toda a vida e sem autoridade sobre os filhos que nasçam, os quais ficam igualmente dependentes do sogro. Estas duas últimas formas de casamento são correntes em Manica, Moribane, etc.

A poligamia é geral em toda a Província, mas nas regiões onde as mulheres são mais caras é muito freqüente a monogamia.

Quando o homem pretende contrair novo casamento não o faz sem consultar a primeira mulher, chamada a mulher grande, que é respeitada por todas as outras.

Em Manica, antes do banquete que faz parte das cerimónias nupciais, as mulheres mais velhas da povoação vão dar banho à noiva e fecham-se depois com ela numa palhota para lhe darem os seus conselhos e instruções. Ao mesmo tempo os velhos também dão os seus conselhos ao noivo. Vão depois todos comer conservando-se a noiva sempre de cabeça baixa em sinal de respeito.

É só nessas ocasiões que os homens e as mulheres comem juntos.

Se o noivo já era casado, vai primeiro para a palhota da mulher grande e só de lá sai quando esta o vai buscar para o entregar à noiva. No dia seguinte a noiva vai dar parte à mulher grande da maneira como o marido se portou.

Quantos mais filhos tiver mais a mulher é estimada pelo marido e de mais consideração pública goza. O pai é o chefe supremo da família. A mãe tem pouca autoridade, a não ser sobre as filhas solteiras e sobre os filhos pequenos.

Entre as indígenas não há parteiras de profissão. Vulgarmente a parturiente é assistida pelas mulheres da povoação que já tenham sido mãis. As formalidades e cerimónias do nascimento, em toda a parte semelhantes na sua essência, variam muito, porém, nos seus pormenores e estão sujeitas a praxes baseadas nas mais diversas superstições.

Às crianças do sexo masculino o cordão umbilical é cortado abaixo do joelho e às do sexo feminino acima do joelho. Poucas são as regiões onde existe ainda o costume de se matarem os filhos gémeos ou defeituosos de nascença.

Após o nascimento decorre sempre um período durante o qual o pai não pode ver o recém-nascido. Nalgumas regiões esse período termina logo que seca o umbigo da criança. Em Sofala, quando o pai entra pela primeira vez na palhota onde nasceu o filho, leva os olhos tapados com as mãos. Pondo no chão o remédio de que vai munido, agarra com uma das mãos o dedo mínimo dum dos pés da criança e com a outra o dedo mínimo duma das mãos. Esta cerimónia serve para evitar que o pai cegue!

A amamentação prolonga-se muitas vezes além dos dois anos.

Geralmente cada mulher tem a sua palhota cuja construção pertence ao homem; ela simplesmente mática, com barro, as suas paredes internas.

Os filhos dormem, enquanto pequenos, na palhota da mãe. Chegados a uma certa idade passam os rapazes a dormir numa palhota e as raparigas noutra. Nalguns sítios as raparigas dormem sempre com as mãis.

Na família o mais respeitado é sempre o avô, depois o pai, a seguir os tios (a quem chamam ordinariamente pai ou mãe) e por último os irmãos mais velhos. Aos primos e primas chamam igualmente irmãos.

Em caso de morte o defunto é, em muitas regiões, lavado com água quente. Nuns sítios deixam-no estendido; noutras dobram-no por forma que os joelhos fiquem juntos ao peito e as mãos juntas à cabeça. Algumas tribus têm o cuidado de enterrar os mortos com a cabeça para o lado do nascente porque, se a orientação for diferente, a alma, quando aparecer em sonhos aos parentes sobreviventes, não falará verdade!

Os cadáveres são geralmente envoltos em panos, em esteiras, etc. Sobre a sepultura são, em regra, quebradas as vasilhas de que se serviam em vida. O sinal de luto característico em toda a Província é o corte rente do cabelo.

Um falecimento dá sempre lugar a manifestações de pesar que constam de batuques e de libações que duram o número de dias que durar a comesaína e o pombe.

Como a nossa vida de civilizados se tornaria um fardo bem mais leve se todos chorássemos as nossas tristezas comendo, bebendo, cantando e dançando com a ingenuidade destes indígenas simplórios!

---

## Dr. Avelino da Silva

De regresso da nossa colónia de Angola a onde exerce o alto cargo de Encarregado do Governo no Distrito do Congo, acaba de chegar a Lisboa no vapor *Mourinho* este ilustre clínico a quem as populações daquela nossa colónia devem o melhor da sua saúde, pelos trabalhos realizados por este distinto colonial na obra benemerita do combate à doença do sono; obra esta que mereceu público louvor do Ex.<sup>mo</sup> Governador Geral daquela Colónia e de Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Colónias quando da sua recente viagem às colónias num discurso por Sua Ex.<sup>a</sup> pronunciado em Maquela do Zombo, em presença de toda a população, que por sua vez, aproveitou a oportunidade para manifestar a este nosso amigo—Dr. Avelino da Silva—na presença do representante do Governo Central, a grande estima em que o tem.

No próximo número a *Portugal Colonial* gostosamente publicará as impressões e alguns ensinamentos deste colonial.

# Pôrto da Beira

## Na Colónia de Moçambique

*Dum colonial muito distinto e nosso presado amigo recebemos para publicação o artigo que segue, sobre o Pôrto da Beira:*

**P**OR nos parecer interessante publicamos hoje, em duas fotografuras, aspectos do Pôrto da Beira, mostrando uma parte dos cais em águas profundas a que podem acostar os navios de maior tonelagem que freqüentam aquele porto.

Numa das fotografuras vê-se o vapor português "Quanza", acabando de largar do cais para seguir para o alto mar.

Sobre o cais vêem-se 4 dos seus vários guindastes eléctricos de 3 a 6 toneladas de força.

Uma das fotografuras apresenta alguns dos armazens do pôrto e, no último plano vários edifícios, alguns de grandes dimensões, onde empresas particulares têm instalados os seus escritórios e armazens. Os citados edifícios são de recente data, e a sua construção foi natural consequência do desenvolvimento que junto da área do pôrto comercial, tomaram todos os serviços que se relacionam com o movimento que pelo pôrto passa.

Nas fotografuras vê-se ainda uma parte das enormes áreas de terreno já conquistadas à baía pelas obras do pôrto, e por elas se faz ideia do pouco que falta para ligar essas áreas à plataforma dos cais em águas profundas, onde ficarão os armazens que ainda falta montar.

O volume das dragagens efectuadas nas águas do pôrto desde o início das obras tem sido até agora, de mais de dois milhões e meio de metros cúbicos; uma grande parte desses dragados tem sido utilizada para a conquista às águas da baía dos terraplenos atrás dos cais acostáveis, terraplenos a que acima se faz referência.

A extensão total dos cais acostáveis no pôrto da Beira é actualmente de cerca de 900m; compreendida nessa extensão a dos cais acostáveis podendo receber 3 dos maiores navios que freqüentam o pôrto. A restante extensão de cais é reservada a batelões ou a pequenas embarcações à vela ou a vapor.

Como se vê das fotografuras, sobre os cais estão assentes vias férreas da bitola normal de 1m,067 usada na África do Sul e Central, vias férreas que permitem, não só que os vagões dos caminhos de ferro que da Beira partem para Norte e Oeste, mas com-



COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE

Um aspecto do cais acostável do Pôrto da Beira

boios inteiros de mercadorias ou de passageiros entrem nos cais até junto dos navios a eles atracados.

Ainda não há muitos meses o Príncipe de Gales, vindo da Rodésia à Beira para dali seguir, por mar, para a Colónia de Kenia, passou do comboio que da Rodésia o transportou para o vapor "Modassa", da Briths India, que estava atracado ao cais da Beira, tendo apenas que atravessar os mesmos cais.

Uma central eléctrica privativa do pôrto fornece a energia para os guindastes, para a iluminação, e para os cabrestantes eléctricos montados sobre os cais, maquinismos estes que muito facilitam as manobras com os vagões que para os cais transportam o tráfego a exportar ou dos cais têm de retirar o que é importado.

Actualmente estão quasi completas as obras que constituem as duas primeiras séries das instalações projectadas para o pôrto da Beira, pouco mais faltando do que completar os aterros projectados para, à rectaguarda do cais, se conquistarem às águas da baía mais algumas áreas de terreno.

A estas duas primeiras séries, com os seus 900m de cais acostáveis seguir-se-hão, logo que o movimento do pôrto o exigir, uma 3.ª série com mais 360m de cais acostáveis a grandes navios, e depois uma 4.ª série com mais 720m de cais, como aqueles, acostáveis à grande navegação.

Quando a 3.ª e 4.ª série estejam construídas, o pôrto da Beira ficará com uma extensão de cais de cerca de 2.000m, e com uma capacidade de vazão anual de alguns milhões de toneladas.

Para a tonelagem do tráfego marítimo que actualmente está passando pela Beira, os 900m de extensão dos actuais cais são porém mais do que suficientes. E, com efeito, o pôrto da Beira com as suas actuais instalações, e com o apetrechamento em guindastes, cabrestantes e vias férreas que possui, dá facilmente vazão a um tráfego anual superior a 2 milhões de toneladas, ou seja, vazão 4 vezes superior à reclamada pelo tráfego marítimo e pela navegação que pelo pôrto está passando.

A tonelagem anual de tráfego marítimo passando pelo pôrto da Beira vinha de há muito crescendo de ano para ano, e de tal forma, que as modestas e reduzíssimas instalações que o pôrto tinha em 1926 começaram a ser um prejudicialíssimo embaraço para todos quantos, importadores ou exportadores do pôrto se serviam, e para a navegação que o freqüentava, pelas demoras enormes a que esse tráfego e a navegação eram obrigados, dada a deficiência dos meios que no pôrto se notava para se realizar a carga e descarga da mercadoria.

Para se satisfazer às necessidades sempre crescentes das vastíssimas regiões que têm a sua natural porta para o mar no pôrto da Beira, como são, além dos territórios sob a administração da Companhia de Moçambique, as duas Rodésias, o Sul do Congo Belga e todo o Niassaland, territórios esses ao pôrto ligados pelas linhas férreas que dele irradiam por Norte e Oeste, era indispensável aumentar a capacidade anual de vazão do tráfego marítimo no pôrto comercial da Beira, por meio de instalações apropriadas e de suficiente utilhagem das mesmas.

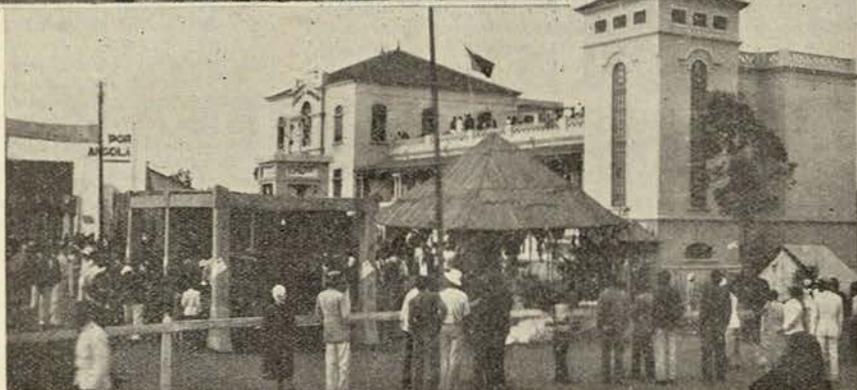
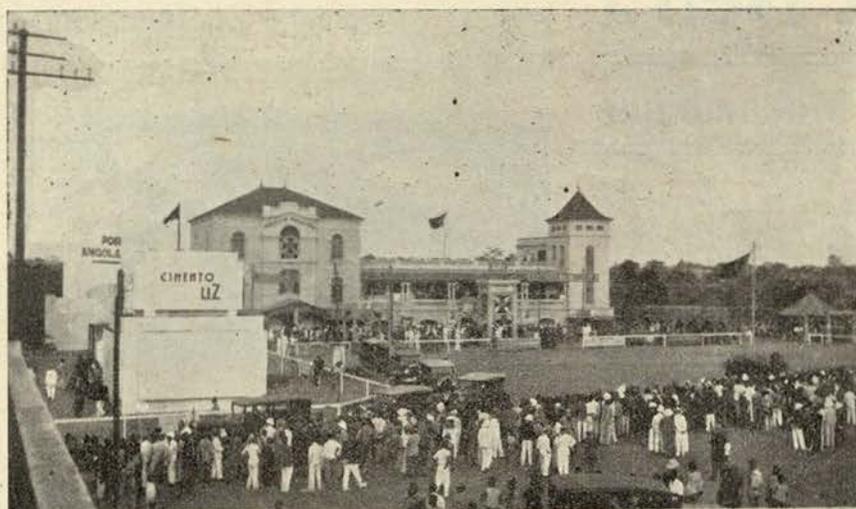
A deficiência da capacidade de vazão do pôrto estava desde 1923 obrigando certo tráfego marítimo das naturais zonas de influência do pôrto da Beira a preferir a este pôrto portos da União Sul Africana, e especialmente Port Elisabeth.



COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE

O vapor português *Quanza* acabando de largar para o alto mar do cais do Pôrto da Beira

# Feira de Amostras de Luanda



Dois aspectos dos "Stands"

Essa tendência de desvlo do tráfego para portos da União Sul Africana passou a diminuir notavelmente à proporção que as obras do pòrto iam aumentando a sua capacidade de vazão como pòrto comercial.

E assim, a tonelagem de tráfego que em 1926 passava pela Beira tendo sido de 590.000 toneladas, foi aumentando nos anos seguintes elevando-se

Em 1927 para .....	850.000 tons.
" 1928 " .....	880.000 "
" 1929 " .....	1.060.000 "
E mantendo-se em 1930 em .....	950.000 "

Chegava porém à África do Sul e Central o reflexo da crise que assoberba o Mundo, e, como consequência, eram atingidas por essa crise as vastíssimas regiões na África Centaal que o pòrto da Beira serve, e logo o tráfego marítimo passando por aquele pòrto português diminuía consideravelmente. De 950.000 tons. que fôra em 1930 passou para 720.000 tons. em 1931, e no corrente ano êsse tráfego não irá além de 500.000 tons., ou seja, cerca de metade do que foi ainda em 1930.

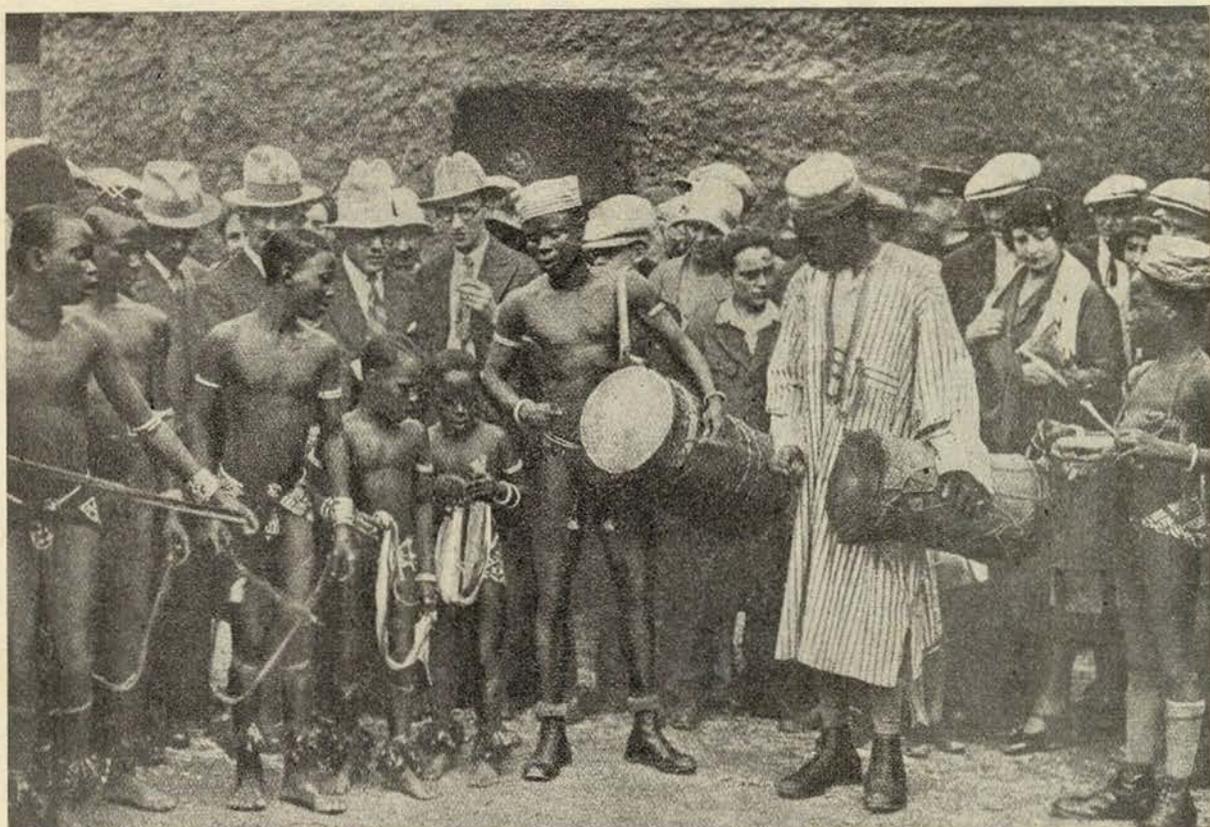
Esta diminuição de tráfego tem, como fatal consequência, a diminuição das receitas destinadas a pagar as despesas de exploração do pòrto comercial, as da manutenção das suas instalações e

o juro e amortização dos capitais até agora gastos na construção, capitais muito avultados, precisamente porque as condições locais que influíram na escolha do tipo de cais, pelo que respeita a altura da sua plataforma acima dos fundos, e que determinaram o volume de dragados em canais e fundeadouros, eram e são absolutamente desfavoráveis a uma solução simples e económica do problema do pòrto.

Basta lembrar que nas marés vivas o desnível entre o praia-mar e o baixamar atinge cerca de 7<sup>m</sup>,20 e que, havendo absoluta necessidade de, junto aos cais acostáveis, à grande navegação, manter um tirante de água não inferior a 8<sup>m</sup>, mesmo na baixa maré, a plataforma dos cais teve de ficar elevada mais 16<sup>m</sup> acima dos fundos próximos; e lembrar que em ocasiões de temporais passando pela vastíssima baía em cujas margens o pòrto foi construído, e, na época das chuvas, o enorme volume de água que para ela carregam os rios Punge e Buzi, ou levantam alterosas vagas que vêm por vezes quebrar-se de encontro aos cais, ou criam fortes correntes que exigem precauções especiais por parte da navegação, ou produzem assorimentos em canais e fundeadouros, que obrigam a cuidados e continuos trabalhos de dragagem para a manutenção dos fundos.

Por isso se adoptou para os cais o tipo de estacada que, pela pequena resistência que oferece ao embate da vaga, impede que ela venha quebrar-se de encontro ao seu paramento exterior; por isso se mantém um serviço permanente de dragagem. E para maior

## UM "BATUQUE"



Fotografia cedida pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Tenente Coronel J. Garcez de Lencastre, Digníssimo Agente Geral das Colónias

segurança dos navios contra os estoques de água, um rosário de boias de amarração, dispostas em linha paralela aos cais acostáveis á grande navegação, e fundeadas em áreas de sufficiente tirante de água, permite aos navios, enquanto não vão atracar aos cais, ou, depois de desatracados, enquanto aguardam hora propícia para a saída do pòrto, amarrar a essas boias em vez de fundearem com os seus próprios ferros.

E até, amarrados às boias, poderão realizar com tôda a segurança o transbordo de carga com outros navios a elles atracados.

Mas porque a exploração do pòrto comercial da Beira não tem outras receitas para fazer face às despesas a que essa exploração obriga, e os encargos das suas construção e manutenção, senão as que directamente lhe derivam do justo pagamento, pela navegação e pelo tráfego marítimo, do uso que das instalações e das facilidades que elas criaram fazem a navegação que ao pòrto vem, e o tráfego que por elle passa, nenhuma outras vantagens ou receitas directa ou indirectas cabendo à exploração, como succede em portos comerciais explorados pelo Estado, as taxas e tarifas têm de ser fixadas em valores que permitam, ao menos, que as contas de gerência cada ano fechem sem deficit, muito embora se aguarde melhores dias até que os saldos das gerências anuais permitam pagar dividendos ao capital acções, quando o haja, o que sempre succede quando a construção de um pòrto não é feita pelo Estado.

É evidente que na fixação das taxas e tarifas de um pòrto se não pode nem deve ir além dos limites que a navegação que o frequenta, ou o tráfego que por elle passa, não possam suportar.

Desde porém que as taxas e tarifas a estabelecer não levantem protestos, nem da navegação que frequenta o pòrto, nem dos importadores e exportadores que dêle se servem, só há vantagem,

mesmo para o Estado, que as receitas e despesas do pòrto da Beira, incluindo as que resultam do pagamento do juro e amortização dos capitais investidos na construção, se equilibrem.

E, com effeito, quanto mais depressa forem amortizados aqueles capitais, mais depressa, sem onus para o Estado, pode este resgatar a concessão do pòrto da Beira.

ALAULILI

### EXPEDIENTE

*A falta de transferências de Angola impede-nos de fazer a cobrança das assinaturas pelo correio. A' falta doutro meio e não desejando privar os nossos assinantes de Angola da recepção da revista, rogamos a todos o obséquio de enviarem à redacção (Rua da Conceição, 35, l.º) a importância das duas assinaturas em moeda da Colónia.*

# DA IMPRENSA

## IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

# T R A N S

A crise vai-se tornando um tema de sempre. Não se suprime infelizmente uma inquietação fazendo silêncio sobre ela ou aparentando um optimismo hipócrita em presença dos factos a que ela dá lugar.

Seria essa uma atitude ridícula e se é perigoso exagerar os males e cair em pessimismos deprimentes não o é menos uzar para com eles de apatia, negação e fatalismo.

A apatia e a negação dos factos foram as causas dos grandes cataclismos da história e o fatalismo foi a principal causa da esterilidade e decadência de certos povos.

Quanto não é mais viril e são o conceito filosófico tirado do provérbio árabe que é no fim de contas a consubstanciação da sabedoria humana "Ajuda-te, que o Ceu te ajudará!",

Mas isto é fácil de dizer na actual conjuntura.

O mais afamado dos trabalhadores possuído da maior energia, nem por isso consegue com que o trabalho o procure. Logo, se o esforço individual é impotente embora não despreze todos os meios ao seu alcance é porque o seu êxito está subordinado ao esforço colectivo e que é preciso afrontar resolutamente e com tódia a energia, os males, na sua origem mais directa.

A crise tornou-se um pesadelo não só para todos aqueles em quem as responsabilidades pesam como também para todos os que generosamente sofrem pelas dores dos que se vêm privados das bases normais de suas existências.

O que até agora tem sido descoroçoador é ver a falta de um plano conciso para a cura desta chaga.

As autoridades não empregaram senão remédios passageiros cujos encargos não poderiam ser suportados pela colectividade, indefinidamente. É também inconcebível manter um verdadeiro exército de desempregados, permanentemente, como no caso da Inglaterra.

Ora os economistas e os sociólogos quedam-se impotentes ante o descalabro crescente.

Todos os países se contentam com paliativos ou deixam que os acontecimentos sigam o seu curso consoante as necessidades do momento.

## Exposição Internacional do Livro Colonial

Sob o patrocínio do ministro das Colónias da Bélgica, deve realizar-se no próximo mês de Outubro, em Antuérpia, a primeira Exposição Internacional do Livro Colonial, para a qual foi convidado a fazer-se representar o nosso país.

A Agência Geral das Colónias, a quem o ministro dos Negócios Estrangeiros comunicou o facto, endereçou uma circular a todos os escritores e editores de livros e documentos versando assuntos de carácter colonial, solicitando-lhes a cedência dum exemplar das obras que desejem fazer figurar no certamen.

Logo que tenha reunida uma colecção, assim obtida confiá-la-á ao consul de Portugal em Antuérpia, cuja cooperação foi pela Agência Geral das Colónias solicitada, no sentido de promover uma representação decente da bibliografia colonial portuguesa.

O que apenas souberam fazer foi reforçar o protecçãoismo e dêste modo, entregues aos seus próprios recursos, os Estados, paralizaram a grande corrente das permutas que facilitaríam as vendas e consequentemente o consumo.

Poder-se-há objectar que o fatalismo prevaleceu em tudo baseado no princípio de que, se as outras crises se resolveram por si mesmas, esta teria de desaparecer por idêntica razão.

É este o raciocínio dos pontífices da economia liberal. Cai-se dêste modo em um perigoso critério, porque ele faz tábua rasa dos próprios factos.

As crises anteriores eram, primeiro que tudo de muito menor repercussão: não afectavam o edificio económico como a presente, cuja razão de ser está na super-produção.

De facto produziu-se, além do poder de compra das massas e das suas necessidades normais.

Serviram-se sem critério algum das conquistas do progresso e da riqueza crescente da ciência.

O poder de produção tornou-se pleotérico e se, para o operário, é o desemprego e as suas misérias a fatal consequência; para as fábricas é a marcha desastrosa ao *ralenti*, tanto mais severa quanto é certo que as nações, fechando às outras os seus mercados, não podem contar senão com as suas possibilidades.

Seria um critério errado acusar o progresso industrial como único causador da crise. A verdadeira finalidade, sã e nobre é a de produzir com meios esforços, com vantagem para todos dentro de um mundo melhor organizado. O mal vem do facto de se ter acreditado demasiadamente nas possibilidades ilimitadas da produção duplicada por razão das simplificações obtidas.

Então tódia a gente se lançou inconscientemente nos desenvolvimentos prodigiosos, sem levar em linha de conta a capacidade de absorção dos mercados.

Hoje está-se a pagar duramente este erro de visão, contra o qual é preciso reagir, se não quizermos chegar a uma anarquia económica que arrastará consigo uma revolução política, pela certa.

E. J.

## CAMINHO DE FERRO DE TETE

Acêrca da construção do caminho de ferro de Tete, informam-nos de que existem já uns planos elaborados na colónia de Moçambique, fazendo a sua ligação com a costa, no pórtio de Pebane, onde podem entrar navios de alto bordo, sem necessidade de se gastar dinheiro em dragagens, pois esse pórtio, devido à sua situação geográfica, deve ser encarado sob três aspectos económicos: o de pórtio regional, o de interdistrito, e o de internacional.

Como regional, por ser o único, do distrito, mais agrícola e de maior produção da colónia; como interdistrito, por ser a saída mais curta da bacia carbonífera de Tete em exploração, e internacional, visto ser a saída natural da Niassalândia.

A enorme bacia carbonífera de Tete é maior do que as de Witbank, Ermele e Bryten reunidas; as camadas carboníferas são duma espessura invulgar, e o carvão, pelas suas calorías, é superior ao de Witbank e do Natal, comparando-se quasi com o de Cardiff. Além do carvão, existem, em Tete, grafite, cobre, ouro e ferro.

# C O L O N I A L

## CREVE-SE

## IMPRENSA PORTU- GUESA

HÁ-DE estranhar-se que, quando os direitos e regalias dos alunos da E. S. Colonial são objecto do maior carinho dos seus interessados, apareça um aluno da mesma Escola a apresentar-lhes também obrigações.

Somos dos mais estrênuos defensores dos direitos dos alunos da E. S. C. bem patentados em vários decretos e leis do Estado embora, infelizmente, o mais das vezes tenham sido desprezados e esquecidos ao pensar-se na efectivação prática do seu conteúdo.

Na nossa opinião, só a E. S. Colonial pode habilitar e conceder a preparação técnica especializada exigida aos funcionários públicos das colónias e são os seus diplomados os únicos com idoneidade intelectual que lhes permita serem os representantes da civilização e cultura portuguesa e, portanto, os pioneiros e estelios do nosso Império ultramarino.

Mas consideramos que, como no exército de terra e mar, ao lado dos oficiais com cursos superiores apropriados, ha outros que, embora os não possuam, são dotados de qualidade de trabalho, de inteligência e tenacidade que os tornam dignos, de por antiguidade, ascenderem a elevados postos e até desempenharem funções de altíssima importância. Nos quadros do nosso funcionalismo colonial, deve acontecer o mesmo, não obstante, como entre aqueles, os principais postos de comando devam ser ocupados por diplomados com o curso superior colonial.

Estamos certos que, após o regresso do ilustre Ministro das Colónias, sr. Dr. Armindo Monteiro, a reorganização dos serviços administrativos das colónias irá satisfazer as justas aspirações dos alunos E. S. C., considerando também o aproveitamento dos funcionários que, embora sem curso superior especializado, se evidenciaram sob o ponto de vista moral e intelectual nas funções que tenham desempenhado, como aliás é do consenso dos alunos daquela Escola.

Mas para que sejamos dignos de usufruirmos os nossos tão sagrados direitos pelos quais nos bateremos sempre na primeira linha de combate, precisamos considerar as nossas obrigações que são tão pesadas como justos são aqueles.

Ser aluno da E. S. Colonial não é o mesmo que o ser de qualquer outro estabelecimento de ensino.

É que a Escola, além da sua elevada missão científica, de dar uma profissão que garanta os proventos necessários à conservação da existência, é também uma escola de civismo, de patriotismo que, como cavaleiros de outras eras, os seus educandos, devem frequentar com moral e consciência sã, com fé inquebrantável nos destinos das nossas províncias de Além-Mar que são o mesmo que os de Portugal metropolitano, com ânsia infinita de aprenderem e se valorizarem, afim de melhor e mais seguramente serem úteis ao Império, serem os continuadores da obra esplendorosa dos nossos Maiores que nos impôs como mentores da Civilização de antanho.

E com almas limpas e rectas intenções poderemos melhor aprender e sentir as palavras de fé e de esperança no futuro de Portugal com que os ilustres professores da E. S. C. iniciam todos os anos os seus cursos e sempre que a ocasião se proporciona, apreciaremos o escriptulo, o trabalho insano que dispendem para de mais fácil estudo nos tornarem as suas sábias preleções, quantas vezes sem a menor remuneração do Estado!

A E. S. C. é o único estabelecimento de ensino em que reina uma verdadeira democracia académica; o director, os professores, o secretário e os alunos, entendem-se tão bem que, atendendo às várias profissões de muitos dos seus alunos, os horários são elaborados de tal modo que, sem prejuizo do ensino satisfazem os mais exigentes, permitindo até que simultaneamente alguns frequentem outro curso.

Os professores pela sua afabilidade e fino trato, fazem esquecer os *magister dixit* das antigas cátedras universitárias.

O director, os professores e o secretário, têm na medida do seu valor e influencia, pugnado sempre com carinho pelos direitos e regalias dos alunos.

O director é a tal ponto um apaixonado pela nossa Escola que, desinteressadamente, se tem exposto e até criado más vontades ao defendê-la e aos seus alunos; pelo seu valor universalmente reconhecido empresta importância e brilho à nossa Escola como nenhum colonialista português mais lhe poderia dar actualmente.

Pois bem, a-pesar do valor extraordinário do director, da sua luta sem tréguas a favor da Escola, conhecida e reconhecida pelos professores e por muitos dos alunos; a-pesar dos professores serem dos maiores cientistas coloniais (nas suas especialidades são os maiores e mais competentes), do seu trabalho imenso e muitas vezes mal remunerado; a-pesar de o seu secretário ser dos mais tenazes e inquebrantáveis lutadores em prol das garantias dos diplomados; a-pesar de, sem menos cuidado pelo ensino, o curso ser orientado de modo a dar-lhes todas as facilidades no exercício das suas actividades profissionais, ainda ha alunos e diplomados que, com negra ingratidão, menos prezam e inferiorizam pela palavra e pela escrita, o valor do curso colonial, amesquinham o valor intelectual do seu ilustre director, professores e secretário, simplesmente pela razão de que ainda não são bem definidos e insofismáveis na prática, os direitos dos diplomados pela E. S. Colonial!!!...

Mas se, como acabamos de demonstrar, nem a Escola, nem o seu director ou corpo docente, são responsáveis pela falta de cumprimento dos preceitos legais!...

Já se viu os diplomados em direito ou medicina, por exemplo, dizerem mal dos mestres da Escola que os preparou porque não ha concursos para delegados, notários, conservadores ou delegados de saúde e médicos coloniais?

Não, com certeza, para não serem injustos e ridículos. Depois, sejamos francos embora rudes: mas donde vem a ciência colonial que autorize esses *criticos* a apreciarem tão injustamente o valor mental dos catedráticos da Escola? Onde se viu semelhante ousadia, diremos mais, petulância?!

Se é com os conhecimentos que esses mestres lhes ministraram com essa bagagem científica, que só os criticam e desfeitam!!!... Embora haja alunos da Escola já com outros cursos superiores, isso ainda os não autoriza a criticarem menos dignamente, por ausência de preparação científica especializada, os seus professores, os maiores especialistas nas matérias que professam.

Quem melhor e mais competentemente seria capaz de reger as cadeiras da Escola? Onde estão mais autorizados colonialistas que, desde a primeira à última cadeira, melhor ministrassem tão grandes conhecimentos? Não os apontarão os quem tanto depreciam os professores da nossa Escola, temos disso a certeza.

Ha deficiências na sua organização? Concordamos; mas a nova Reforma em elaboração tem a incumbência de acabar com elas.

Não queiram os alunos da E. S. Colonial enfileirar ao lado dos seus inúmeros inimigos, conscientes ou inconscientes, que desde a sua criação tão ásperamente a tem atacado e até ameaçado de extinção!.....

E se, por dignidade, todos nós devemos defender enobrecer a nossa Escola e o seu corpo docente, pelo estudo, por actos, pela palavra e pela escrita, isso muito especialmente, compete aos que o Estado subsidia e facilita a sua preparação colonial, porque o seu indiferentismo ou acção depreciadora constitui, além de grave

(Conclui na página 28)

# INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

## Crónica do mês O Palácio das Colónias

**S**E não estamos em erro, foi o falecido almirante Ernesto de Vasconcelos quem primeiro ventitou na Imprensa a idea da construção ou adaptação dum edificio a que se desse o nome de «Palácio das Colónias», no qual fôsem instalados, além dos serviços do Ministério das Colónias, os da Agência Geral das Colónias, a Escola Superior Colonial, o Museu Colonial da Sociedade de Geografia (a parte do Estado), etc.

Esta idea subsiste ainda hoje, e, quanto a nós, mais reforçada e baseada nos seguintes argumentos:

A posse de territórios coloniais tão extensos e importantes que nos dão a categoria de quarta potência colonial do mundo; a necessidade do agrupamento de todos os serviços coloniais metropolitanos num Edifício Monumental, bem revelador da grandeza dos nossos domínios, ordenando e coordenando assim todos os serviços em prol de uma mais perfeita administração, sem a qual, é impossível a realização prática do nosso Império Colonial; as deficiências nas actuais instalações dos organismos citados; a demonstração internacional de que o governo metropolitano não descarta os órgãos propulsores da acção colonial, em todos os campos em que ela tenha de evidenciar-se, etc. etc.

Orientados por esta idea, bem alicerçada nestes argumentos, alguns dos nossos mais distintos coloniais, têm publicado na Imprensa da Metrópole o mesmo na das Colónias, nos jornais diários ou semanais, em revistas literárias e científicas ou mesmo em boletins de carácter colonial, artigos brilhantes e extensos, advogando a vantagem da construção em Lisboa dum «Palácio das Colónias».

De facto os serviços do Ministério das Colónias estão mal instalados, assim como os da Agência Geral. Mas, aqueles que nem instalados estão, embora faça da parte de quem neles superintende, a maior boa vontade, como official e particularmente o têm demonstrado, são os que se relacionam com o ensino de altos conhecimentos coloniais — a Escola Superior Colonial.

Este estabelecimento de ensino superior, o maior do nosso país, com uma frequência de cento e tantos alunos, que são outros tantos contribuintes do Estado, nem instalações tem, funciona, quando muito, num

apartament da Sociedade de Geografia, sem condições pedagógicas nem higiénicas, deficiências absolutamente indignas, de alojar a Escola de mais alta cultura colonial da nossa Terra.

Pode o actual momento financeiro de redução de despesas, não comportar a construção ou adaptação dum Edifício para o «Palácio das Colónias» e por isso nos parece que bem andaria o Governo e com elle, o Ministro das Colónias, Sr. Dr. Armindo Monteiro, espírito moderno, culto e bom conhecedor do que neste sentido possuem as outras nações coloniais, se no próximo ano lectivo, instalasse pelo menos, em Edifício próprio, a Escola Superior Colonial.

Jâmais podia ser olvidado o nome de quem tão alto serviço prestasse a Portugal e pensamos que daria ao ensino Colonial, o maior dos impulsos, concorrendo grandemente, para o esplendor internacional do nosso nome como povo mentor de povos coloniais.

Manter-se na actualidade a única Escola Superior de ciência administrativa colonial, a um canto da Sociedade de Geografia, sem lhe dar os meios suficientes para poder cumprir a sua missão, torna-se um crime e o momento colonial que passa, não se compadece com demoras desta natureza, sob pena de sermos indignos e portanto, desapossados dos imensos territórios que a espada, a ciência e a fé dos nossos maiores nos legaram.

Se lançarmos um golpe de vista para as outras potências coloniais e falando só de Escolas Superiores, surge-nos a Bélgica com a UNIVERSIDADE COLONIAL DE ANVERS magnificamente instalada; a Holanda com o soberbo Instituto de Amesterdão e NAESLANSCH-INDICHE BESTUURSACADEMIE; a França com a ESCOLA COLONIAL DE PARIS, agora com a sua nova instalação no Parque de Vincennes; a Itália com o seu INSTITUTO COLONIAL AGRICOLA e o assombroso IMPERIAL INSTITUTE OF THE UNITED KINGDOM da Inglaterra. Também a Alemanha, a-pesar-de ter perdido as suas colónias, tem 70 % da sua população metropolitana, que se dedica e interessa por assuntos coloniais, ministrando o seu ensino em diversas escolas e institutos particulares ou do Estado devidamente instalados.

O actual director da Escola Superior Colonial, Sr. Conde de Penha Garcia, com o seu grande tacto

administrativo e orientado pela política financeira do Ministro das Finanças, Sr. Dr. Oliveira Salazar, tem feito economias suficientes para servirem de base a um empréstimo, a realizar na Caixa Geral dos Depósitos, para Instalação da E. S. C.

Também tem o mesmo Director projectos e estudos de adaptação de prédios ou construção de um edifício próprio. É das colunas desta Revista, que constantemente defende todas as ideias úteis e de engrandecimento do nosso Império Colonial, que hoje, nesta Crónica mensal, chamamos a atenção dos poderes públicos, para a falta de instalações da Escola Superior Colonial, um problema que precisa ser resolvido o mais breve possível, para bem das nossas colónias e do conceito internacional que Portugal necessita ter.

A Imprensa publicou já o anúncio de abertura de matrículas da Escola Superior Colonial, para o ano lectivo de 1932 a 1933 e sabemos que a afluência de candidatos à matrícula tem sido grande, não havendo compartimentos suficientes para os poder receber.

Estes candidatos, amanhã alunos, são contribuintes do Estado, visto que cada um paga pela sua matrícula perto de quatrocentos escudos em dinheiro, não contando com a instrução do processo de matrículas, que deve orçar para cima duma centena de

escudos, em selos e papel selado. Alunos em número superior a uma centena e meia cujas matrículas sobem a 500\$00 por ano, merecem uma Escola que os não envergonhe, ao mostrá-la a nacionais e estrangeiros que nos visitem.

Ao fazermos estas afirmações, não queremos de maneira alguma, aplicar aos Serviços de Instrução Pública, tanto da Metrópole, como das Colónias, o Deve e Haver, pois sabemos que neste ramo da administração pública o Estado gasta milhares de contos, como facilmente se pode verificar pela simples transcrição das verbas orçamentais dos penúltimos orçamentos das Colónias: Cabo Verde, dois mil e tal contos; Guiné, quatrocentos contos; S. Tomé e Príncipe, quatrocentos e cincoenta contos; Angola, três mil e seiscentos contos; Moçambique, parte do Estado, do fundo de Fomento, das Missões e Comissões Municipais, nove mil contos; Estado da Índia, \$ 364.198:47:43; Macau, \$ 115.224,94 e Timor, \$ 7.760,00.

Ao terminar esta crónica, já bem longa, diremos que o Estado não tem dispendido com a Escola Superior Colonial mais que três ou quatro centenas de contos anuais, não se levando em conta as receitas arrecadadas e subsídios concedidos à mesma Escola.

J. R. A.

---

## Notas do mês

### Comércio de Moçambique

Da última estatística de Moçambique referente ao ano findo, achamos interessante e oportuno reunir os seguintes informes bem explicitos sobre a situação económica daquela nossa colónia:

As receitas cobradas pelas alfândegas do Estado elevaram-se a 79.204 contos e a £ 1.159 contra 86.055 contos e £ 485 em 1930. Os valores declinam desde 1928. Os direitos de importação têm-se mantido em volta de 50.000 contos constantes; mas os de exportação baixaram no prazo de cinco anos de 16.000 contos para 3.543 contos. Esta baixa não derivou de uma diminuição de volume de mercadorias, mas sim da baixa dos preços, porque estes direitos incidem sobre o valor

Incide sobre o açúcar, a cerveja, o tabaco e o álcool um imposto de consumo.

O imposto de consumo sobre a cerveja montou a 585 contos em 1931 contra 260 no ano anterior. Sobre o tabaco foi de 3.777 contos contra 4.524 no ano anterior. Sobre o açúcar elevou-se a 256 contos.

O movimento total da colónia em 1931, incluindo os territórios da Companhia de Moçambique, foi de 113.657 contos ouro.

O valor da importação geral para consumo foi de £ 4.490.055. Coube à importação estrangeira a percentagem de 87 0/0, ficando para Portugal e Colónias 13 0/0. "É lamentável, diz o sr. Marino da Fonseca, que num comércio de £ 4.490.055 o índice da importação nacional esteja representado por uma tão insignificante percentagem. Os vinhos e bebidas alcoólicas de origem nacional representaram quasi 50 0/0 do total das importações de origem metropolitana. Poucos são os artigos nacionais cujo aperfeiçoamento e apresentação estejam livres de crítica. Notam-se excepções. Há artigos nacionais que já fazem concorrência aos estrangeiros. Quem paga não quer saber da origem do produto. Atende unicamente ao interesse próprio, adquirindo o que é melhor e que, sendo-o, lhe sai mais económico, sob qualquer ponto de vista. Urge pois, que os industriais da metrópole se compenem desta verdade e mudem radicalmente de processos, se querem vencer. "Para conquistar este mercado, arredando a concorrência estrangeira, impõe-se ape-

nas isto, a ajuntar à protecção pautal já existente: acção, seriedade e honestidade da parte dos industriais e fornecedores metropolitanos...

Os produtos nacionais que encontram fácil colocação na colónia são analisados minuciosamente, indicando-se a protecção de que gozam.

Muitos outros poderia vender o comércio da metrópole, se para ali mandassem artigos "bons". "Ainda que todos os artigos nacionais fossem completamente isentos de direitos, estou certo, diz o sr. Fonseca, de que a situação se não modificaria, não só devido à inferioridade de grande número de artigos, como ao seu preço excessivo, visto o consumidor nada lucrar com os benefícios pautais que se concedem, os quais, como se verifica no caso dos vinhos revertem em proveito dos intermediários e dos retalhistas.."

O valor da exportação foi de £ 1.999.261 em 1931, contra £ 2.689.056 em 1930. Coube a Portugal nos dois referidos anos 19 0/0 e 16 0/0 respectivamente. Com excepção do açúcar, pouco se exporta de Moçambique para a metrópole. As oleaginosas, o milho, o sisal, o tabaco, o algodão os legumes secos, etc., são produtos que podiam ter "larga colocação na metrópole, o que infelizmente não sucede.."

Os distritos de Quelimane, Moçambique e Cabo Delgado têm uma exportação superior à importação para consumo. Lourenço Marques só exporta açúcar, bananas, óleos e citrinas.

Na Zambézia há propriedades agrícolas que custaram milhares de contos e inúmeros sacrifícios que se encontram abandonadas por falta de mercado para os seus produtos. Não tem havido cooperação entre a metrópole e a colónia. Das 18.000 toneladas de algodão que Portugal importa anualmente apenas 249 toneladas vieram de Moçambique em 1929! Portugal paga aos Estados Unidos 160.000 contos por ano de algodão e apenas contribue com 2.000 contos para a cultura de Moçambique! As 1.500 toneladas de Moçambique têm de procurar mercado no estrangeiro.

Das 1.600 toneladas de sisal que a metrópole importa, apenas 600 vêm de Moçambique, onde a produção se eleva a 12.000 toneladas anuais!

Das 36.000 toneladas de sementes oleaginosas que Portugal consome por ano, vêm de Moçambique 700 toneladas. Numa importação que representa um desembolso de 52.000 contos, a metrópole contribue com 1.300 contos para Moçambique. A produção de açúcar em 1931 foi 76.789 toneladas contra 80.000 em 1930. Portugal importou de Moçambique 20.839 toneladas e as colónias

2.800. Da parte administrada pelo Estado, são 25.532 toneladas dos territórios da Companhia de Moçambique. As bananas exportadas em 1931 elevaram-se 8.400 toneladas, no valor de 70.945 £ contra 9.600 toneladas e £ 102.821 em 1930. Os citrinos aumentaram de quantidade e de valor, por isso que, em 1931, representaram 1.403 toneladas e £ 7.465 contra 946 toneladas e £ 6.871 em 1930. A excelente qualidade destes frutos assegura-lhes um mercado. A cultura do tabaco sofreu muito com a legislação metropolitana, porque a protecção de 10 % de que goza, não basta para lhe assegurar o mercado nacional. Nota-se, em 1931, uma baixa na produção; por isso que, de 279 toneladas em 1930, passou para 224 em 1931. A exportação é insignificante. As onze empresas tabaqueiras atravessaram uma crise séria, quando, se tivessem o mercado metropolitano assegurado, talvez estivessem prósperas. A cerveja fabrica-se em grande quantidade. Em 1931, a produção foi de 362.000 litros, em vez de 253.000 no ano anterior. O milho, em 1930, teve uma exportação de 34.823 toneladas no valor de £126.906; mas em 1931 atingiu apenas 12.419 toneladas, no valor de £ 29.380. Os óleos vegetais encontram na União Sul Africana um mercado vantajoso, graças ao regime da Convenção de 1928. A exportação em 1931 elevou-se a 1.847 toneladas, no valor de £ 27.522, contra 2.344 toneladas, e £ 66.523 no ano de 1930. As sementes oleaginosas, que representam o maior valor de exportação da colónia, elevaram-se a 66.829 toneladas, num valor de £ 534.087. Em 1930, a quantidade tinha sido de 63.753 toneladas e o valor de £ 686.265.

As exportações, que tinham aumentado constantemente nos últimos anos, baixaram no ano findo, de 16.000 toneladas, nos territórios do Estado, e de 15.000 toneladas nos da Companhia de Moçambique. A situação é má.

Para ajudar a fazer face a uma tal situação, torna-se indispensável, entre outras medidas, restringir, por meio de taxas proibitivas, ou mesmo da proibição absoluta, a importação de determinados artigos sobretudo os de luxo; modificar as restantes taxas pautais, diminuindo umas e aumentando outras, resolver a questão das transferências, reduzir as despesas comerciais, evitar os intermediários inúteis, e, a par, reduzir as despesas do Estado e, ao mínimo, as suas aquisições no exterior.

A navegação inglesa é preponderante em Moçambique. A sua tonelagem bruta foi de 4.575.577 toneladas em 1931. A percentagem que lhe coube na carga descarregada nos últimos três anos foi de 59,5, 61 e 61,4, e na carga carregada 58, 56 e 49.

A navegação portuguesa alcançou apenas para a carga descarregada uma percentagem de 9,3, 9,8 e 10,8, e para a carga carregada 11,1, 14,8 e 21.

A navegação alemã não atingiu, nos últimos três anos, uma percentagem de 9. Nota-se em compensação, um acréscimo na tonelagem japonesa e italiana.

## Recrutamento militar nas colónias

A folha oficial inseriu um decreto, alterando os artigos 7.º, 8.º e 11.º e seus parágrafos do diploma de 9 de Janeiro, que regula o recrutamento militar nas colónias.

Pelas disposições alteradas, os filhos de europeus e seus descendentes nascidos nas colónias e nelas residentes são obrigados à prestação do serviço militar na colónia da naturalidade; quando, porém, estejam residindo na metrópole e desejarem recensear-se e cumprir o serviço no exército metropolitano, deverão participá-lo à comissão de recenseamento do bairro ou concelho em que residirem, no mês de Janeiro, depois de terem completado os 16 e os 19 anos. Cumpre, também, aos pais, tutores, ou Pessoas de quem dependam os rapazes naquelas condições, o dever de fazer idêntica participação. Estes ficam sujeitos ao regulamento da taxa militar da metrópole, quando não forem recenseados pela colónia da sua naturalidade.

Os naturais do ultramar, nascidos de pais europeus, mas residentes em colónia diferente da do seu nascimento, deverão, quando desejarem prestar serviço militar naquela colónia, requerer a transferência do recenseamento ao respectivo governador, até 31 de Dezembro do ano em que completarem as idades referidas, pagando a taxa na província onde residirem. Quando não convenha a prestação do serviço na colónia de residência, a inscrição continuará a ser feita na da naturalidade, onde o governador poderá conceder-lhes o adiamento de alistamento. Em todos os casos, poderão, ainda, os nascidos nas colónias transferir o recenseamento e a obrigação do serviço militar para o exército metropolitano, desde que o requeram ao Ministério da Guerra até 31 de Dezembro, o mesmo podendo fazer os que residam no estrangeiro à data em que lhes competir a incorporação.

Os naturais da metrópole e filhos de europeus, que residam, em qualquer colónia, no ano em que lhes pertença a incorporação nas tropas do activo da metrópole, prestarão serviço, devendo fazer a participação respectiva, no mês de Outubro, dos anos da

primeira e segunda idade militar, à comissão do recenseamento do concelho da circunscrição em que residam. Aos pais, tutores ou pessoas de quem dependam compete fazer idêntica declaração ao governador, ou requerer no sentido dos mancebos ficarem sujeitos à obrigação do serviço militar na metrópole, mas sendo inspecionados na colónia de residência.

O decreto estabelece o pagamento da taxa militar, nas colónias, para os mancebos que ali fiquem sujeitos ao serviço. Estes não poderão dali sair sem mostrarem que pagaram as respectivas anuidades. Os inspecionados e isentos, durante os anos de 1930, 1931 e 1932, que não tenham ainda feito esse pagamento, poderão liquidá-lo, por uma só vez, até 30 de Junho de 1933.

## Diversas

Em virtude da resolução do Conselho Superior Judiciário das Colónias, foi expedida pela presidência daquele organismo uma circular a todas as presidências das Relações do ultramar, sobre o serviço de correições, determinando o seguinte:

1.º A correição abrangerá os cartórios dos escrivães e dos notários e os juizes municipais ordinários e instrutores compreendidos na área da respectiva comarca ou julgado especial.

2.º Nas comarcas de dois juizes, a correição fora da sede da comarca será feita em cada ano por um único juiz, revezando-se para tanto os juizes, embora a correição abranja todo o serviço do julgado ou juizo instrutor e substituindo, assim, um juiz no serviço o outro.

3.º Circunstâncias especiais do meio colonial fazem com que, nas circunscrições fora da sede da comarca, o serviço de justiça no ramo civil, comercial, orfanológico e criminal, bem como o serviço notarial, estejam em grande parte confiados ao pessoal administrativo, dando-se o caso de as sedes de grande número de circunscrições e postos administrativos distarem muitos milhares de quilómetros da sede da comarca; a acção que a lei atribui ao juiz de orientar, fiscalizar e corrigir os serviços tem de se efectuar em tão melindroso caso, suprimindo-se, assim, por vezes a reduzida preparação do mesmo pessoal para os serviços de justiça. E a melhor ocasião que se oferece é a época em que se realizam as correições.

4.º O juiz poderá, no decurso da correição e sem prejuízo desta, realizar a instrução bem como o julgamento, quando permitido, de processos pendentes, concernentes ao julgado ou juizo instrutor.

5.º A correição terá um relatório, no qual, além de referência pormenorizada aos serviços da sede e respectivo pessoal, os juizes farão menção do tempo que tiverem de permanecer em cada julgado ou juizo instrutor, a forma como encontraram os serviços, a competência e procedimento do pessoal, as deficiências notadas e as ordens e indicações escritas que hajam dado tendentes a beneficiar os serviços, as providências tomadas, bem como as medidas que entendam necessárias mas que excedam a sua competência, bem como tudo o mais que se lhes oferecer digno de registo.

6.º O relatório da correição acompanhará o relatório anual a enviar no mês de Janeiro de cada ano, e neste, resumidamente, serão referidos os serviços de correição; e dêsses relatórios deverão os presidentes das Relações enviar cópia com o seu relatório global, determinado pelo artigo 64.º da Organização Judiciária.

7.º O relatório sobre o estado dos serviços que os juizes de direito devem apresentar no prazo de 90 dias após a posse, deverá fazer-se menção das correições realizadas nos últimos três anos.

8.º Nas inspecções, sindicâncias ou inquéritos que forem ordenados, os magistrados encarregados de tais serviços averiguarão sempre se as correições anuais tiveram lugar e as condições em que se efectivaram.

9.º Nos processos disciplinares que forem instaurados será sempre junta, com a resposta do magistrado visado, uma certidão passada pelo escrivão respectivo, da qual constem as correições feitas por esse magistrado e a época em que as mesmas se realizaram.

## Angola

Para o Lobito foi criado um fundo permanente de 200 contos, destinado exclusivamente à compra de vacinas, soros e agentes biológicos para os gados.

Segundo comunicação recebida de Angola, continuam com grande actividade os trabalhos da condução da água do rio Bengo para Luanda.

A condução da água é feita por meio de vala tècnica defensável. O projecto tem ainda a vantagem de proporcionar a irrigação de terrenos até agora incultos e que são de grande fertilidade como foi reconhecido pela direcção dos serviços de Agricultura da colónia.

••• Vai ser de novo regulamentada a concessão de terrenos no Lobito.

••• Foram suspensos, temporariamente, os adiantamentos feitos pela Caixa Económica Postal de Angola aos funcionários da colónia.

••• No Boletim Oficial de Angola foi publicado o aviso de terem sido aprovadas as bases provisórias dum empréstimo de doze milhões de angolares entre a mesma Câmara de Luanda e o Banco de Angola, destinado à organização e municipalização dos serviços de água e luz.

••• O Governo de Angola determinou que sejam isentos de direitos, em todas as casas fiscais da colónia, os maquinismos importados para o descasque, polimento e limpeza de arroz.

••• Segundo uma portaria do Governo de Angola, aos géneros coloniais exportados pelas casas fiscais daquela província, que não tenham cotação oficial conhecida, serão atribuídos os valores fixados numa tabela anexa ao mesmo diploma. Quando seja conhecida a cotação oficial de qualquer desses géneros, o computo dos direitos será feito, desde logo, pelo valor da respectiva cotação, com o abatimento legal.

••• Foi estabelecido o serviço telegráfico internacional directo entre Angola e a África Equatorial Francesa, para a permutação exclusiva de tráfico originário ou a destino das duas colónias, pela via T. S. F., por intermédio da estação de Cabinda e a de Point-Noire, na colónia francesa. A taxa por palavra, do tráfico permutado directamente, é de francos-ouro 1,10.

Também foi estabelecido o serviço de permutação directa de telegramas diferidos, que gozarão de redução de cinquenta por cento das taxas ordinárias e obedecerão às regras estabelecidas, para esta classe de tráfico, no Regulamento Telegráfico Internacional.

••• Uma portaria do Governo de Angola extinguiu a repartição distrital dos Correios e Telégrafos do Zaire e criou a repartição distrital de iguais serviços do Zaire-Congo. As estações telegrafo-postais do enclave de Cabinda passam a ser directamente subordinadas à direcção dos Serviços dos Correios e Telégrafos.

••• Foi reaberta a estação telegrafo-postal de Mongua e encerrada a de S. Salvador. Também se acham encerradas, temporariamente, as estações telegrafo-postais de Cuamato e Namakunde, a de "rádio", de Santo António do Zaire e a telegrafo-postal da Huila, todas de Angola.

••• Vão ser montados mais dois postos de pecuária em Vila Arriaga, Pôrto Alexandre e Quinpingo, a pedido da Direcção dos Serviços Pecuários de Angola.

## Cabo Verde

Está sendo estudada nas estações competentes a questão relativa às taxas de trânsito de cabogramas por Cabo Verde, em vista das companhias dos cabos submarinos que amarram em S. Vicente, terem pedido para ser feita uma redução de 50 % nessas taxas. Estão sendo feitas as necessárias negociações para se atender tanto quanto possível a esse pedido.

## Guiné

O Governo da Guiné publicou um regulamento de trânsito, fixação e deslocação de indígenas. Pelo diploma, todos os indígenas maiores de 16 anos, residentes na colónia, são obrigados a munir-se dum bilhete pessoal de identidade e registo de trabalho.

••• O governador da Guiné nomeou uma missão a qual deve seguir para Dakar no mais curto prazo de tempo, a fim de estudar, na África Ocidental francesa, as instalações laboratoriais, muito especialmente com o objectivo de recolha de elementos a respeito do combate contra a peste bovina e preparação da linha vacinal.

Ao adjunto da missão compete treinar-se na prática dos meios mais eficazes de combate contra a peste bovina, com o fim de, no seu regresso, industrializar o pessoal da Repartição de Veterinária e Pecuária da Colónia, na sua execução imediata.

••• Com o fim de fomentar imediatamente, por intermédio dos indígenas da Guiné, as culturas de mancarra, arroz, palmares e florestas, foi, pelo Governo da colónia, publicado um diploma concedendo áqueles, mediante empréstimo, as sementes necessárias a esse fim.

••• Foi criada uma "Feira anual de amostras", na Guiné e nomeada uma comissão, presidida pelo governador daquela colónia, para dirigir os trabalhos respeitantes ao mesmo certame.

••• O Governo da Guiné abriu um crédito extraordinário de de 10 contos para ocorrer às despesas de representação daquela colónia na Exposição Industrial Portuguesa do corrente ano.

## S. Tomé e Príncipe

O Governo de S. Tomé e Príncipe comunicou ao Ministério das Colónias que a cobrança já realizada é a seguinte: contribui-

ção industrial variável, 148.577 escudos e 56 centavos; predial rústica 1.114.569 escudos e 16 centavos; direitos de importação, 1.481.222\$12; direitos de exportação, 1.730.033\$54; selo alfandegário, 268.211\$36; imposto de aguardente, 277.924\$51; taxa de tráfego, 159.479 escudos; rendimento da rádio-telegrafia, 114.952\$97, telegráfico, 37.973\$67; adicional sobre melhoramentos, 413.768\$29.

A cobrança que ainda se está realizando deve produzir, pouco mais ou menos, o seguinte: contribuição industrial, 15.507 escudos; predial rústica, 101.306 escudos; direitos de importação, 134.711 escudos; exportação, 157.275 escudos; selo alfandegário, 24.382 escudos; imposto de aguardente, 252.055 escudos; taxa de tráfego, 14.498 escudos; rendimento rádio-telegráfico, 10.000 escudos; telegráfico, 8.000 escudos; adicional 37.615 escudos.

Em virtude da reorganização dos serviços da colónia passou a haver uma considerável diminuição nas despesas públicas.

••• A fôlha oficial publicou no corrente mês um decreto que faculta aos agricultores de S. Tomé e Príncipe o pagamento em prestações das despesas com o repatriamento dos trabalhadores indígenas a que se refere o decreto n.º 20.457, e amplia esta concessão às dívidas existentes em Angola em consequência da repatriação de trabalhadores idos de S. Tomé e Príncipe.

## Moçambique

Vai ser estabelecido um serviço de camionagem por conta do Estado, para estabelecer o serviço de ligação entre o caminho de ferro e os distritos do Niassa e Quelimane, colónia de Moçambique.

••• O número de desempregados, em fins de Julho, último, em Moçambique, era de 246.

••• Segundo telegrama recebido de Moçambique, o montante do saldo positivo de cerca de 15.500 contos, que o orçamento daquela colónia acusa para o actual ano económico, não traduz ainda bem o estado financeiro da colónia, porque no referido orçamento as receitas foram calculadas com a libra a 130 escudos, quando o câmbio da libra, na colónia é de 147 escudos, o que significa que, se os câmbios actuais se mantiverem, o saldo orçamental aumentará cerca de 12.000 contos.

O orçamento inscreve 3.021 contos para o pagamento da anuidade da dívida à Metrópole, mas como pelas contas da colónia se chega à conclusão da inexistência dessa dívida, pode afirmar-se que o "superavit", efectivo se eleva a 30.000 contos, aproximadamente.

Também pela última vez se inscrevem nos encargos previstos 3.000 contos de registo da Companhia do Niassa.

No mesmo orçamento foram inscritos 7.000 contos para obras de caminho de ferro e foi aumentada em 3.500 contos a dotação das obras públicas conforme a relação proposta, tendo sido melhor dotados os serviços de agricultura e veterinária, com a criação de várias estações experimentais. Foram também feitas importantes reduções em serviços considerados improditivos e estabelecidas as bases gerais duma reforma de vencimentos, equiparando-os, a fim de acabar com a injustiça de certas desigualdades existentes.

••• Foi criado na colónia de Moçambique um fundo permanente de 2.000 libras, ouro, e 800 contos para o pagamento de vales do correio especiais e provinciais.

••• Os fundos coloniais de Moçambique, no último mês existentes nos cofres da colónia, eram de 43.515 libras e 34.573 contos.

## Timor

O governo de Timor, pediu que seja aumentada a verba destinada aos serviços de saúde da colónia.

••• O governo de Timor, pediu aumento de dotação para os serviços de saúde da colónia, a fim de manter o desenvolvimento que eles têm tido ultimamente.

## Índia

O governador geral da Índia oficiou ao Ministério das Colónias, contestando em parte a dívida da Índia à Metrópole, que fôra fixada por um diploma do governo central. O referido governador entende que deve ser diminuída a quantia de 16.121.000\$00, que foi fixada como débito da Índia à Metrópole, o crédito de 6.384.654\$97, proveniente do encargo da sustentação dos prisioneiros de guerra, da emissão de vales ultramarinos e da dívida de Timor à Índia, passando portanto a pesar sobre o orçamento da colónia somente a importância de 67.510 rupias, correspondente ao débito efectivo computado em 9.736.395\$03.

O mesmo governador solicitou que fôsse saldado pelo Governo de Angola o seu débito na importância de 502.184 rupias, propondo que essa importância seja creditada à Índia e levada em conta na sua dívida à Metrópole.

Igualmente propôs a liquidação antecipada dos empréstimos já realizados, fazendo-lhe face com o excesso da cobrança sobre a previsão de receita, o que dará uma diminuição de encargos calculada em 61.935 rupias.

O assunto está sendo estudado com toda a atenção pelas es- tações competentes do Ministério.

► Foi aprovada a proposta do governador geral da Índia para que só tenham direito a ajudas de custo, constantes das tabelas juntas à proposta, enviada pelo mesmo governador ao Ministério das Colónias, os funcionários civis e militares que permaneçam fora da localidade onde têm a sua residência oficial, no desempenho de serviços de campanha, trabalhos de campo e outros de igual natureza, ou ainda quando em serviço de missão especial na Índia Inglesa.

Quando o serviço a desempenhar seja nos arredores da localidade onde o funcionário residir, será abonado, diariamente, o transporte, por conta do Estado, enquanto durar esse serviço, deixando, portanto, de lhe ser abonada a ajuda de custo. Esta medida traz uma considerável economia para o Estado.

## Macau

Segundo informação recebida de Macau, o novo governador conseguiu reduzir de 52.766 patacas as despesas militares da colónia, sendo de 21.000 patacas com as unidades de artilharia, podendo ainda com as medidas que propõe ficar reduzidas de 198.557.

► Foi autorizado o governador de Macau, em harmonia com o pedido da América do Norte, a negociar com aquele país o aumento das taxas estabelecidas no actual acôrdo postal para as encomendas postais entre Macau e os Estados Unidos.

► O governo de Macau comunicou que, em vista de ter ficado restabelecido o serviço de malas postais, via Sibéria, passa o serviço a ser feito por intermédio do Japão, por onde seguirão as malas de Macau para Lisboa.

## ESTRANGEIRO

### Mercados estrangeiros para os produtos coloniais portugueses

#### O mercado da Polónia

Conquanto este mercado tenha por fornecedores habituais a Alemanha, a Inglaterra e a Holanda, não deixa por isso de ser interessante, o estudo das possibilidades que oferece à colocação de alguns produtos coloniais.

**Arroz** (em bruto e descascado)—O consumo deste produto na Polónia é considerabilíssimo. É importado em bruto ou descascado. Até 1927 o volume das transacções incidia essencialmente sobre o arroz descascado, mas depois que foi estabelecida uma fábrica de descasque em Gydnia a importação passou a ser de arroz em bruto, exclusivamente. O total das importações de arroz em bruto no ano de 1930 foi de 25.329.000 zlotis (moeda polaca).

**Cacau** (em bruto)—O facto da existência de grandes fábricas de chocolates na Polónia faz com que a importação deste produto seja apreciável. Assim, de 1928 a 1930 foram importados 139.086 quintais, tendo as importações de 1930 atingido a cifra de 10.838.000 zlotis.

**Borrachas**—A borracha em bruto é consumida por uma indústria recente, mas que, ao abrigo de uma protecção alfandegária pronunciada, se irá desenvolvendo, tornando cada vez maiores as necessidades do mercado. O exame das estatísticas dos últimos cinco anos fala eloquentemente. De uma média de 600 toneladas em 1926 passou a importar 2.500 em 1930, que atingiram a cifra de 10.659.000 zlotis.

**Chá**—O uso do chá está muito popularizado na Polónia. O consumo deste produto ultrapassa 75 gramas por habitante, o que é um sintoma da sua popularidade. As importações de chá que atingem 6 % do total das compras feitas no estrangeiro, elevaram-se em 1930 a 20.564 quintais no valor de 15.413.000 zlotis.

Além destes produtos a Polónia importa ainda, mas em quantidades menos apreciáveis, *óleo de palma, côco, amendoim, coprafi, frutos coloniais, catés, madeiras exóticas, etc.*

Dos dados apontados pode concluir-se que este mercado, pode vir a interessar os nossos exportadores, dadas as possibilidades que oferece e que os números demonstram por forma concludente.

## Obrigações dos alunos da Escola Superior Colonial

(Conclusão da página 23)

ingratidão e injustiça, uma falta de elegância moral e de probidade imperdoáveis em todo o servidor do Estado.

É muito triste e pouco digno ver-se alunos cujo valor mental lhes provém unicamente da preparação científica adquirida na Escola escarnecerem-na, enxovalharem os seus mestres. Isso é impróprio de qualquer alma bem formada e absolutamente condenável num futuro obreiro do nosso Império e que não se observa em diplomados por outras escolas, que, pelo contrário, as defendem com amor e entusiasmo sempre que as vêem menos dignamente apreciadas.

É da obrigação dos alunos da E. S. Colonial que, terminado o seu curso, concorram aos lugares das colónias ou, pelo menos, trabalhem pela escola a quem devem a sua preparação intelectual, alevantando-a, pondo em evidência os inúmeros conhecimentos que ela lhes deu, mas nunca depreciá-la porque se depreciarão a si próprios. Por que havendo tanto diplomado, só muito poucos têm concorrido a lugares nas colónias? Ultimamente ha bastante lugares a preencher especialmente em Angola e Moçambique.

Naturalmente porque são lugares de categoria inferior à que aspiram? Mas todo o general tem de passar por subalterno, como em todos os lugares de carreira se não começa por cima e que, a-pesar disso, os seus honorários são sempre muito superiores ao que a maioria dos diplomados com outro curso superior, auferem no início da sua profissão na metrópole.

É verdade que ha alunos na Escola que, uma vez diplomados, pela cultura geral que possuem, pela sua categoria mental não devem iniciar a sua carreira como aqueles cuja ciência se restringe à que a Escola lhe concedeu.

Isso é muito natural; é da selecção desses diplomados que a par de uma moralidade *sans reproche*, tenham tão extensa preparação enciclopédica, que se não-de obter os mais alevantados e lídimo representantes da nossa civilização a adaptar a povos de cultura e psicologia tão inferior à nossa.

Não se estranhará que nem todos venhamos a ser ministros, que todo o soldado venha a ser comandante ou todos os alunos venham a ser lentes!

Não desejando alongar mais estas considerações, feitas sem outra intenção que não seja dizer o que a minha consciência me ordena, tornar-me digno de ser aluno de nossa Escola, quero afirmar que os alunos da E. S. Colonial podem contar com a minha modesta inteligência e o meu esforço a favor dos nossos direitos invioláveis e lembrar-lhes que, para que os mereçamos, para que sejamos dignos da Escola que nos acarinha, ensina e torna apaixonados pelas nossas possessões ultramarinas, tenhamos a obrigação de defender com calor e entusiasmo os nossos mestres apreciando-lhes o seu trabalho honesto e probo, não nos esquecendo nunca que uma escola valerá tanto mais quanto mais valer o seu corpo docente e discente, sob o ponto de vista moral e intelectual.

Não sejamos derrotistas nem demolidores; sejamos do nosso tempo, da nossa geração tão auspiciosa e operadora porque só com tão pesapas obrigações teremos os nossos direitos respeitados por todos.

Unamo-nos aos nossos mestres, porque se nos obrigarmos a ser unidos, obteremos a força dos nossos direitos tal como a Bélgica que, de reduzida superfície metropolitana é desde ha poucas dezenas de anos o terceiro império colonial do mundo!

É que se cumpriu o dístico simbólico do seu escudo real: *la union fait la force.*

ANTÓNIO DE ALMEIDA

---

### «Aventuras de um pobre poeta que foi à África»

Sai brevemente um folheto do nosso director Henrique Galvão com o título acima indicado, no qual são descritas as aventuras do *digno* poeta Afonso Lopes Vieira em África e se explicam os motivos de bom senso e de moralidade que determinaram a sua devolução à família.

# ESTATÍSTICA

## Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1929	1930	1931		1932
	Julho	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Julho	Junho
LISBOA (cidade)	100	2.630	1.726	1.302	1.259	1.754

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

## Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em Junho de 1932

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Séde).....	408.301	17.817.057	—	16.813.930	11.409.222	2.052.905
Banco do Comércio e Ultramar..	309.999	340.400	1.660.400	1.321.542	1.092.111	2.077.126
Banco N. Ultramarino (Séde)..	4.614.888	3.561.850	68.949.186	59.547.918	37.800.633	67.829.857

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

## Médias das cotações de produtos coloniais no mês de Julho de 1932

DESIGNAÇÃO	Colónia	Unidade	DIA 9		DIA 16		DIA 23		DIA 30	
			Efectuado	Compra	Efectuado	Compra	Efectuado	Compra	Efectuado	Compra

### Operações realizadas na Bolsa de Mercadorias de Lisboa

Algodão.....	Angola	Quilo	—	—	—	—	—	—	5\$60	—
Arroz (descascado).....	»	»	—	—	—	—	—	—	—	—
Cacau fino.....	S. Tomé	Arroba	—	—	42\$00	—	41\$00	—	42\$00	—
Café Cazengo.....	Angola	»	—	82\$00	—	—	84\$00	—	92\$00	—
Coconote.....	»	»	—	—	—	—	—	—	—	16\$00
Milho Luanda e Benguela.....	»	Quilo	—	—	—	—	—	—	—	—
» » » , no estado.....	»	»	—	—	75	—	—	—	74	—
» » » , disponível.....	»	»	81	—	81	—	81	—	—	—
» Novo Redondo, no estado.....	»	»	—	—	—	—	—	—	—	—
» » » (branco).....	»	»	—	—	—	—	—	—	78	—
» » » (mistura).....	»	»	—	—	—	—	—	—	—	—

### Fora da Bolsa

Cacau consumo.....	S. Tomé	Arroba	—	—	43\$00	—	—	—	—	—
» escolha.....	»	»	23\$50	—	23\$00	—	21\$00	—	21\$00	—
» fino.....	»	»	40\$00	—	—	—	—	—	—	—
» paiol.....	»	»	—	—	—	—	32\$00	—	32\$00	—
Café Libéria.....	»	»	63\$50	—	—	—	—	—	65\$00	—
» escolha.....	»	»	—	—	—	—	—	—	32\$50	—
» Novo Redondo.....	Angola	»	85\$00	—	—	—	—	—	—	—
» S. Tomé, fino.....	S. Tomé	»	—	—	—	—	—	—	200\$00	—
» » » , Moka.....	»	»	—	—	—	—	—	—	210\$00	—
» » » , segunda.....	»	»	—	—	—	—	—	—	190\$00	—
Cera Luanda.....	Angola	Gamela	—	—	—	—	—	—	—	—
Coconote.....	»	Arroba	17\$00	—	—	—	—	—	17\$50	—
».....	S. Tomé	»	17\$50	—	—	—	—	—	—	—
Cola.....	»	Quilo	—	—	80	—	—	—	—	—
Copra.....	»	Arroba	20\$00	—	—	—	—	—	19\$00	—
Óleo de palma.....	»	»	—	—	—	—	—	—	—	—
» » (Cabinda).....	Angola	»	—	—	—	—	17\$50	—	—	—
» » (Zaire).....	»	»	—	—	17\$50	—	—	—	—	—
Quina.....	S. Tomé	Quilo	—	—	4\$50	—	—	—	—	—

## Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas, por Lisboa em Julho de 1932

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	1931 Julho	1932 Julho	1931 Julho	1932 Julho
<b>Reexportação :</b>				
Cacau .....	1.342.714	767.435	2.978.141\$00	2.038.212\$00
Café .....	234.419	84.429	609.834\$00	398.615\$00
Cêra .....	20.519	47.786	172.616\$00	595.116\$00
Outras mercadorias .....	120.794	124.301	196.355\$00	362.350\$00
Total .....	<u>1.718.446</u>	<u>1.023.951</u>	<u>3.956.956\$00</u>	<u>3.394.293\$00</u>
<b>Trânsito internacional :</b>				
Cacau .....	854	—	1.900\$00	—
Café .....	71.291	—	209.660\$00	—
Cêra .....	50.509	12.012	420.240\$00	86.600\$00
Óleos de palma e côco .....	5.097	21.389	5.600\$00	28.800\$00
Outras mercadorias .....	1.750	326.196	240.600\$00	483.290\$00
Total .....	<u>129.501</u>	<u>359.597</u>	<u>878.000\$00</u>	<u>598.690\$00</u>

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

## Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante os meses de Janeiro a Julho de 1932

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
<b>Importadas das Colónias :</b>						
Arroz .....	252.810	—	2.478.636	38.406	—	12
Açúcar .....	10.702.747	9	7	22.177.097	10	123
Café .....	1.444.918	13.738	31	434	92.311	—
Trigo em grão .....	2.154.840	—	—	—	—	—
Peles em bruto .....	319.449	13.045	147.568	32.402	721	—
Algodão em caroço, rama ou cardado .....	235.490	—	—	554.545	—	—
Sementes oleaginosas .....	3.024.560	1.346.772	1.346.772	115.668	1.763.988	—
Milho .....	—	—	—	—	—	—
<b>Exportadas para as Colónias :</b>						
Vinhos do Pôrto (decalitros) .....	5.647	352	391	8.853	84	2.178
» comuns tintos (decalitros) .....	365.815	15.257	37.049	243.602	33.992	21.894
» » brancos (decalitros) .....	73.560	2.211	4.597	214.769	3.428	2.704
» licorosos (decalitros) .....	5.005	623	389	3.709	91	3.086
Conservas de vegetais .....	122.930	4.057	13.319	105.338	7.318	18.978
Sardinhas em salmoura .....	3.231	53	72	660	352	339
Conservas de sardinha .....	34.079	2.813	5.895	99.390	4.550	6.437
Conservas de peixe .....	3.727	117	440	10.037	646	120
Cortiça em rolas .....	323	252	110	1.095	88	70

Do Boletim da D. G. E.

## “LA PRÉSERVATRICE”

SEGUROS DE AUTOMÓVEIS

SEGUROS DE DESASTRES NO TRABALHO

SEGUROS DE DESASTRES PESSOAIS

Taxas reduzidas

Condições liberais

A MAIS ANTIGA EXPERIENCIA

A MAIS MODERNA TÉCNICA

Delegação e Agencia Geral em Lisboa

**LARGO DA ANUNCIADA, 9-1.º**

TELEFONES 2 3118 E 2 3162

Agencia Geral no Porto

Rua dos Clérigos, 82-2.º

Oliveira, Beirão & C.<sup>a</sup> L.<sup>da</sup>

Importadores e Exportadores

Sede na Cidade da Praia

CABO VERDE

Escritório em Lisboa

Draça do Município, 32, 2.º

Tele { gramas — OLIBEIRÃO  
fone 2 1011

## LUIZ MAYOR SANTOS

ARMAZEM DE PAPELARIA

ARTIGOS

PAPEIS

NACIONAIS E

MANUFACTU-

ESTRANGEIROS

RADOS

72 — RUA DOS SAPATEIROS — 74

TELEFONE 2 5934

LISBOA

# A. Ferreira

EXIJA ao seu fornecedor a marca A. FERREIRA nas tintas de escrever, colas e lacres, ficando certo, assim, de receber produtos de primeira qualidade.

## Ottosgrafica, L.<sup>da</sup>

Trabalhos tipográficos em todos os géneros

Deçam orçamentos

Telef. 2 3775

L. DO CONDE BARÃO, 50 — LISBOA

**Leiam a**

**Revista**

**“Portugal Colonial”**

**A única**

**revista**

**colonial**

**portuguesa**

# VENANCIO GUIMARÃES & C.<sup>A</sup>

LUBANGO

FILIAIS EM MOSSAMEDES, HUMPATA E HUMBE

Escritório em LISBOA — Rua de S. Julião, 23, 1.º

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: VOUGA

Comércio Geral, Agricultura, Pecuária e Indústria

*Sócios-gerentes da EMPRESA CAHOLO, L.<sup>DA</sup>*

(Fornos de cal e moagem de cereais)

Agricultores no BENTIABA

(Fazenda Algodoeira da DUDA)

EXPORTADORES DE GADO BOVINO E PEIXE SECO

REPRESENTANTES NOS DISTRITOS DA HUÍLA E DE MOSSAMEDES DE :

Vacuum Oil Company — Fábrica de Tabacos Ultramarina — Automóveis e camions "FORD" — Máquinas de escrever "REMINGTON"

REPRESENTANTES NO DISTRITO DA HUÍLA DE :

BURRELL & C.<sup>o</sup>

Companhia de Seguros "TAGUS"

LOTARIAS DE ANGOLA

## Companhia de Moçambique

Território de Manica e Sofala

**ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA**

*Os terrenos desta região prestam-se às mais variadas culturas agrícolas, especialmente de cana de açúcar, de milho, de citrúceas, de oleaginosas e sisal.*

*O pôrto da Beira, magnificamente apetrechado, está ligado por vias férreas com a Rodésia e com o Nyassaland.*

Para informações

**EM LISBOA:**

Largo da Biblioteca Pública, 10

**NA BEIRA:**

Secretaria Geral do Governo do Território

# FABRICA DE LOIÇA DE SACAVEM

FUNDADA HÁ MAIS DE 80 ANOS

A MAIS IMPORTANTE DE TODA A PENÍNSULA

## Loiça de uso diário

a faiança mais duradoura e económica de todas as loiças

## Materiais de construção

lavatórios, retretes e bidets. Azulejos brancos e de côr. Quadros em azulejos

## Mosaicos cerâmicos

Eterno e belo pavimento para cosinhas, quartos de banho, hospitais, edifícios públicos, etc. Variedade de desenhos

**FACILIMO ASSEIO**

Todos estes artigos são de esmerado fabrico e de 1.<sup>a</sup> qualidade

Lisboa - Sede

126, RUA DA PRATA, 132

Porto

40, RUA CARMELITAS

## Diogo & C.<sup>a</sup>, L.<sup>da</sup>

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

SÉDE EM LISBOA Sucursal em LUANDA

RUA DO OURO, 66, 1.<sup>o</sup> Caixa Postal N.<sup>o</sup> 294

End. Telegráfico: OLIRMAOS End. Telegráfico: CARICOCO

### Sempre em depósito:

Farinha de trigo, Sacaria, Açúcar branco e mascavo da Província, Fósforos Nacionais, todos os artigos próprios para a permuta com o indígena e materiais de construção. — GÉNEROS COLONIAIS: Stock de Óleo de palma, Coconote, Café, etc., das suas fazendas agrícolas.

### FILIAIS NO

DONDO, MASSANGANO, LUCALA e MALANGE

Depositários dos acreditados produtos da

Fábrica de Tabacos Ultramarina

## SOCIEDADE COMERCIAL DO AMBRIZ, LIMITADA

Sede

LISBOA

R. do Ouro, 101, 2.<sup>o</sup> E.

Endereço Telegráfico

SOAMBRIZ

Comissões

Consignações

Importação

Exportação

Agentes gerais em Angola da

Empreza de Cimentos de Leiria

Cimento LIZ

Companhia de Seguros Comércio e Indústria

Ramo VIDA

# OS FOSFOROS

«PÁTRIA»

«NACIONAL»

«SEVERA»

«DOMÉSTICOS»

abastecem quasi a totalidade do mercado da metrópole porque SÃO OS MELHORES,  
EM QUALIDADE E APRESENTAÇÃO

PEDIDOS Á

SOCIEDADE NACIONAL DE PHOSPHOROS

Lisboa, rua S. Julião, 139

Telegramas «Sonaphos»

Agentes em Luanda:

Sociedade Colonial de Phosphoros Limitada

Avenida da Boa-Vista

Telegramas «Colophoros»

## E. Q. DE MENDONÇA

RUA DOS FANQUEIROS, 65, 2.º — LISBOA

Exportador

Atum em azeite d'oliveira

MARIA D'ANJOU (Brand)

Fabricao esmerado nos formatos  
de  $\frac{1}{8}$ - $\frac{1}{4}$  redondos e 2  $\frac{1}{2}$ -5 e 10 quilos

Visitai o Stand da Grande Exposição Industrial Portuguesa

## PEDRO D'OLIVEIRA TELHADO & C.<sup>A</sup>

EXPORTADORES PARA AS COLONIAS

Algodão cru, cobertores, camisa-  
ria, camisolas, cotins, fatos, lenços  
tecidos e estampados, panos para  
lençois, patentes, peúgas, **pinta-  
dos, riscados**, sarjas, kakis  
e zuartes

Com exclusivo de vendas de  
Riscados de Vizela e Riba d'Ave

Rua dos Fanqueiros, 81, 2.º — LISBOA

TELEFONE 2 5931

Endereço Telegrafico «KNOBLOCH»

# Companhia Nacional de Navegação

Carreiras regulares entre Lisboa  
e todos os portos da Africa  
Occidental e Oriental Portuguesa

**CARREIRAS REGULARES ENTRE  
TODOS OS PORTOS  
DA PROVINCIA**

SERVIÇO SEMANAL ENTRE LOURENÇO  
MARQUES E INHAMBANE \*\* SERVIÇO  
QUINZENAL ENTRE LOURENÇO MARQUES  
E MOCIMBOA DA PRAIA, COM ESCALAS  
POR INHAMBANE, BEIRA, CHINDE, PEBANE,  
QUELIMANE, ANGOCHE, MOÇAMBIQUE,  
PORTO AMELIA, IBO E PALMA

AGENCIA EM INHAMBANE — Nogueira, Limitada  
Telegramas "JOCARFINO"

Caixa Postal n.º 39

# COMPANHIA COLONIAL DO BUZI

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Sub-concessionária da Companhia de Moçambique

SEDE EM LISBOA

NA

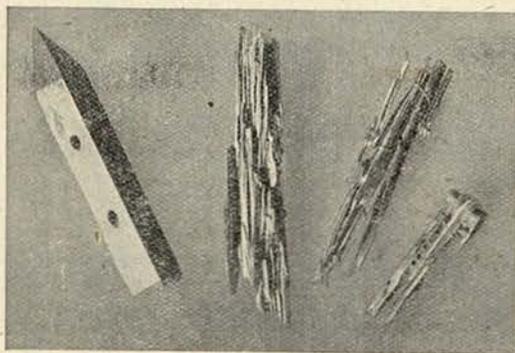
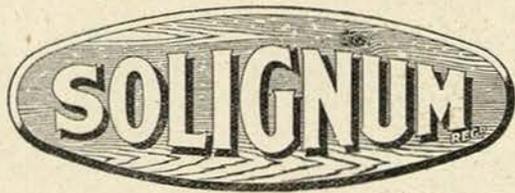
**RUA DA TRINDADE, 20. 1.º**

FÁBRICAS AÇUCAREIRAS EM INHANGUVO

Circunscrição do Buzi e no Save

Principais produtos da sua exploração:

Açúcar—Milho—Algodão—Co-  
ppa—Arroz—Feijão.



*O MELHOR PRESERVATIVO DA MADEIRA*

EVITA OS ESTRAGOS POR TODA A ESPECIE  
DE INSECTOS E OS EFEITOS DO TEMPO  
ÚNICOS IMPORTADORES

ROBINSON, BARDSLEY & Co. Ltd.  
CAIS DO SODRÉ, 8, 1.º—LISBOA



# BANCO DE ANGOLA

Banco Emissor da Colónia

Sede: LISBOA—Rua do Comércio, 57 a 61

**CAPITAL SOCIAL—ESC. 60.000.000\$00**

Direcção Geral em África -- LOANDA || Filial em Loanda -- Rua Salvador Correia

Caixa Postal 398

Caixa Postal 343

Telegramas: "DAROAL,,

Telegramas: "ALDARO,,

Juros credores abonados nos depósitos efectuados na sede dêste Banco em Lisboa:

À ordem: até 500 contos . . . . .	2 1/4 % ao ano	A 6 meses . . . . .	4 % ao ano
acima de 500 contos . . . . .	1 1/4 % ao ano	A 12 meses . . . . .	5 % ao ano

Agências na Colónia

**Benguela, Nova Lisboa (Huambo).**

SAZAIRE, LOBITO, MALANGE, MOSSÂMEDES, NOVO REDONDO, VILA SÁ DA BANDEIRA E SILVA PÔRTO.

Agência no Congo Belga

**Leopoldville**

Agências Privativas

**Boma (Congo Belga), Cabinda e Vila Luso.**

# Companhia Nacional de Navegação

Serviço regular entre a metrópole, África Ocidental e Oriental, Brasil, norte da Europa e Mediterrâneo

## FROTA DA COMPANHIA Paquetes

	Ton.
NYASSA .....	9 000
ANGOLA.....	8.300
QUANZA.....	6.500
LOURENÇO MARQUES.....	6.400
MOÇAMBIQUE.....	6.000
PEDRO GOMES.....	5.500
ÁFRICA.....	5.500

## Vapores de cabotagem

LUABO .....	1.385
CHINDE .....	1.382
IBO.....	884
AMBRÍS .....	858
SAVE.....	765

## Vapores de carga

CUBANGO .....	8.300
S. TOMÉ .....	6.350
CABO VERDE .....	6.200
CONGO.....	5.000

## Rebocadores

*EM LISBOA:* — BEIRA 1.º e INCOMATI.

*EM ÁFRICA:* — TEJO, S. TOMÉ, CUIO e gasolina  
QUANZA.

## Batelões

20 em serviço em Lisboa e África.

**LISBOA:** Séde, R. do Comércio, 85

**PORTO:** Sucursal, R. da Nova Alfandega, 92